



CENTRO UNIVERSITÁRIO PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS - UNIPAC

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

LETÍCIA BISPO DO NASCIMENTO

**PATRIMÔNIO CULTURAL E PRÁTICAS DE RE-EXISTÊNCIA NA
COMUNIDADE DE REMANESCENTES DO POVO PURI DO DISTRITO PADRE
BRITO, BARBACENA/MG**

BARBACENA

2021

LETÍCIA BISPO DO NASCIMENTO

**PATRIMÔNIO CULTURAL E PRÁTICAS DE RE-EXISTÊNCIA NA
COMUNIDADE DE REMANESCENTES DO POVO PURI DO DISTRITO PADRE
BRITO, BARBACENA/MG**

**Monografia apresentada ao curso de
Arquitetura e Urbanismo do Centro
Universitário Presidente Antônio Carlos
- UNIPAC, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Arquitetura e Urbanismo.**

**Orientador: Prof.^a Dr.^a Grasielle Márcia
Magri Grossi**

**Coorientador: Prof. Me. Sérgio Luiz
Barreto Campello Cardoso Ayres**

BARBACENA

2021

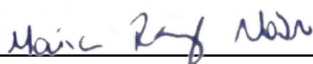
LETÍCIA BISPO DO NASCIMENTO

**PATRIMÔNIO CULTURAL E PRÁTICAS DE RE-EXISTÊNCIA NA COMUNIDADE
DE REMANESCENTES DE ÍNDIOS PURI DO DISTRITO PADRE BRITO,
BARBACENA/MG**

Monografia apresentada ao Curso de
Arquitetura e Urbanismo do Centro
Universitário Presidente Antônio Carlos -
UNIPAC, como requisito parcial para o
título de Bacharel em Arquitetura e
Urbanismo.

Aprovado em 17/06/2021

BANCA EXAMINADORA



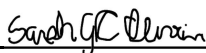
Prof.^a Ma. Maíra Ramirez Nobre

Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável
Universidade Federal de Minas Gerais



Prof. Me. Henrique Moraes Kopke

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Barbacena



Prof.^a Ma. Sarah Gabriela de Carvalho Oliveira

Faculdade Presidente Antônio Carlos de Barbacena

AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus amigos e minha família por todo apoio recebido.

Às professoras e professores que tanto me ensinaram ao longo de meu percurso acadêmico. Em especial a minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Grasielle Márcia Magri Grossi e ao meu Coorientador Sérgio Luiz Barreto Campello Cardoso Ayres, que tanto me ajudaram na elaboração deste trabalho.

Aos professores Prof.^a Ma. Maíra Ramirez Nobre, Prof. Me. Henrique Moraes Kopke e Prof.^a Ma. Sarah Gabriela de Carvalho Oliveira, componentes da banca examinadora, pelas importantes observações apresentadas.

Obrigado!

RESUMO

Este estudo objetivou avaliar de que forma o desenvolvimento da re-existência da memória ancestral auxilia na reconexão com o passado, na consolidação da identidade, no fortalecimento coletivo e na visibilização de uma comunidade indígena no contexto social onde está inserida. Alguns dos passos percorridos para o alcance desse propósito foram avaliar o processo de desenvolvimento da conceituação de patrimônio e cultura, e, além disso, procurar conhecer as normas acerca dos direitos culturais e como elas representam o patrimônio cultural dos povos indígenas no Brasil, analisando também as ações de valorização das heranças culturais desses povos originários. Para tanto, a metodologia empregada se utilizou de materiais bibliográficos que abordassem a temática de patrimônio cultural dos povos indígenas na contemporaneidade, além de uma pesquisa de campo na comunidade remanescente de índios Puris de Padre Brito, localizada em Barbacena/ MG, para uma maior aproximação da questão. Notoriamente, os dados observados revelam que, os preconceitos e estereótipos formados sobre a cultura indígena desde os tempos da colonização resultaram na segregação e marginalização social desses povos nos dias de hoje. Destaca-se nos resultados, a educação regular como caminho na construção de um olhar diferenciado sobre essas culturas e povos, a fim de contribuir para a transformação da visão política, cultural e social, em benefício do respeito e valorização da diversidade cultural, ao mesmo tempo em que se impõem como um grande desafio sua reestruturação nas instituições de ensino. A partir da análise dos resultados obtidos, foi possível perceber que, o reconhecimento do patrimônio cultural dos povos originários representa hoje, mais do que uma ação de proteção da existência de suas heranças culturais, se trata de uma resistência na luta da cultura originária pelo entendimento da presença e importância desses povos no tempo presente.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Povos Indígenas; Memória; Re-existência; Padre Brito.

ABSTRACT

This study aimed to evaluate how the development of the re-existence of ancestral memory assists in reconnecting with the past, consolidating identity, strengthening the collective and the visibility of an indigenous community in the social context where it is inserted. Some of the steps taken to achieve this purpose were to evaluate the process of development of the conceptualization of heritage and culture, and, in addition, to get to know the norms about cultural rights and how they represent the cultural heritage of indigenous peoples in Brazil, also analyzing the actions for valuing the cultural heritage of these original peoples. To this end, the methodology employed made use of bibliographic materials that address the issue of cultural heritage of indigenous peoples in contemporary times, in addition to a field research in the remaining community of Puris Indians of Padre Brito, located in Barbacena / MG, for a closer look at the issue. Notoriously, the observed data reveals that the prejudices and stereotypes formed about the indigenous culture since the colonization times have resulted in the segregation and social marginalization of these people today. The results highlight regular education as a way to build a differentiated view of these cultures and people, in order to contribute to the transformation of the political, cultural and social view, in favor of respect and appreciation of cultural diversity, while imposing as a great challenge its restructuring in educational institutions. From the analysis of the results obtained, it was possible to realize that the recognition of the cultural heritage of the original peoples represents today, more than an action to protect the existence of their cultural heritage, it is a resistance in the struggle of the original culture for the understanding of the presence and importance of these peoples in the present time.

Keywords: Cultural Heritage; Indigenous Peoples; Memory; Re-existence; Padre Brito.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 PATRIMÔNIO CULTURAL E OS POVOS INDIGENAS.....	17
1.1 PATRIMÔNIO CULTURAL NA PERSPECTIVA EUROCÊNTRICA.....	17
1.2 DIREITOS CULTURAIS DOS POVOS INDIGENAS - CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	19
1.3 PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDIGENAS NA ATUALIDADE	24
1.4 FORMAS DE VALORIZAÇÃO INTERNA E EXTERNA DA CULTURA ORIGINÁRIA	30
2 POVO PURI DE PADRE BRITO - PATRIMÔNIO IMATERIAL DE BARBACENA.	60
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA.....	60
2.2 PROCESSOS HISTÓRICOS	62
2.2.1 Período colonial	62
2.2.2 Período pós-colonial.....	68
2.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	72
2.4 ASPECTOS CULTURAIS	78
2.5 ASPECTOS ESPACIAIS	80
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural, no sentido memorialístico, segundo Paul Oliver (2006) se constitui num conjunto de heranças tradicionais que um grupo social possui. De acordo com o autor, estas heranças são “aqueles aspectos do comportamento, dos costumes, do ritual ou do uso de artefatos que foram herdados das gerações anteriores”. A formação desse conjunto de heranças, considerado como patrimônio cultural, tem como base de formação e transmissão a memória individual e coletiva. De uma maneira mais simples, a memória pode ser descrita como a capacidade de lembrar algo. Produzimos memórias através de observações e do contato com a memória de outras pessoas, que geram outras memórias, as chamadas memórias coletivas, responsáveis por formar a identidade de uma comunidade, que por sua vez, geram o sentimento de pertencimento a algo ou a algum lugar (GOMES, 2017, p. 116).

No entanto, as memórias registradas são essencialmente formadas pelo lugar ocupado pelo indivíduo dentro do grupo social em que está inserido. Por exemplo, a memória registrada no período da colonização do Brasil foi por muito tempo intitulada como o “descobrimento do Brasil”, mas se contada da perspectiva dos povos que já habitavam estas terras, com certeza seria retratada como invasão, massacre e resistência. Isso demonstra a importância de se analisar a memória coletiva em diferentes perspectivas, pois são formadas a partir de grupos de diferentes culturas, classes sociais, etnias etc. Dessa forma, por menor que seja, uma ruptura no registro do que foi vivido no passado, ou um apontamento tendencioso que venha de uma única perspectiva, pode comprometer completamente o que se conhece no presente e, conseqüentemente, o que se conhecerá no futuro. Sobre memória e patrimônio cultural, António Rosa Mendes discorre:

A memória é sempre pessoal e subjetiva, pelo que só arbitrariamente e como metáfora empolada cabe falar de uma “memória coletiva”. Na sociedade, as funções da memória no indivíduo são desempenhadas pelo património cultural. O património cultural gera e fomenta uma solidariedade orgânica entre os membros do corpo social, uma coesão ou convergência mental traduzida no sentimento de pertença a uma mesma comunidade – comunidade de origem, comunidade de destino. Acontece assim porque o património cultural representa (sim, re-presenta, torna presente) a persistência desse agregado humano ao longo do tempo, comprovadamente lhe permitindo que seja o mesmo (idem, em latim, donde identidade) através e apesar das mudanças. Estabilidade e mobilidade, continuidade e variabilidade: eadem sed aliter, “o mesmo, mas de outra maneira”, diziam também os latinos, de quem sempre aprendemos. (MENDES, 2012, p. 17)

Sendo a memória um fator determinante para a formação das heranças de um coletivo, o patrimônio cultural nunca irá se manifestar inerte. Como aponta Leonardo Barci Castriota (2009, p. 22) os sistemas culturais estarão sempre em um processo de remodelação de suas heranças ao longo do tempo. Sobre os processos de transformação da cultura, o autor, classifica três tipos: o primeiro processo que se dá através da evolução natural das culturas através do tempo; o segundo tipo seria o processo de transformação através das interações entre culturas, que segundo Claude Lévi-Strauss (1952) é um promovedor de desenvolvimento das culturas; e o terceiro tipo de processo que é causado pelo contato com as culturas impostas por povos dominantes, que se sobrepõem a cultura dos dominados, esta vista como um processo prejudicial de transformação. (Ibid.: p. 22-23)

Dentre as perspectivas acima, esta pesquisa se propõe a gerar reflexões referentes ao Patrimônio Cultural dos povos indígenas no Brasil, enfatizando o terceiro tipo de transformação cultural citado. O diálogo sobre opressão de culturas começa a ter uma maior visibilidade, dentre as várias áreas de pesquisa, também através dos pensadores decoloniais. O termo decolonial e colonialidade, são empregados a priori em meados da década de 70 e 80, por um grupo de intelectuais que alertava sobre o cenário de opressão cultural, através da dominação e sobreposição de uma raça sobre a outra (BALLESTRIN, 2013), presentes principalmente na América Latina e também no denominado Sul Global, cujos saberes e povos são considerados subalternos por possuírem como ponto em comum o processo de colonização. A perspectiva eurocêntrica acerca do que se entende como patrimônio cultural começa a ser revista a partir do questionamento da visão desses padrões e conceitos determinados como modernos, que aponta a cultura das minorias como ultrapassadas, portanto, não dignas de serem consideradas um patrimônio cultural de algo ou de algum lugar, pelo seu baixo valor representativo em uma escala social mais ampla. Sobre a visão de modernidade que parte dos padrões eurocêtricos Anibal Quijano explica:

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno,

capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa. Sua constituição ocorreu associada à específica secularização burguesa do pensamento europeu e à experiência e às necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América. (QUIJANO, 2005, p. 126)

O termo re-existência surge dentro do contexto decolonial e também faz alusão ao pensamento que denuncia práticas de opressão e inferiorização cultural. Mais do que isso, o termo re-existência define uma resistência, uma reivindicação por liberdade, reconhecimento e respeito dos modos de existir (ACHINTE, 2013), sendo acatado principalmente na representação de comunidades indígenas e afrodescendentes. Partindo desta perspectiva, este projeto de pesquisa tem como foco estabelecer uma análise do desenvolvimento da reconexão com o passado, da consolidação de uma identidade e visibilização de uma comunidade indígena no contexto social em que está inserida, através do reconhecimento das práticas de re-existência da memória ancestral, tendo como referência a comunidade remanescente de indígenas Puri do distrito Padre Brito, Barbacena/MG.

Embora os termos definidos acima apareçam em meados das décadas de 70 e 80, esta abordagem tem se mostrado pertinente e ganhado projeção em diversos campos de estudo nos dias atuais, como é o caso do patrimônio histórico e cultural. A necessidade de discussão acerca destes conceitos se dá através da urgência de se aplicar novas perspectivas ao olhar tradicional, e já ultrapassado, sobre patrimônio cultural afirmado ao longo do tempo. As novas conceituações acerca do patrimônio cultural, produzidas inicialmente a partir das perspectivas do continente europeu, vêm transformando o que se entende por patrimônio, ainda que enfrente objeções por parte dos povos dominadores e suas heranças materiais na visão eurocêntrica.

Apesar do reconhecimento sobre a importância de o patrimônio surgir na pós-Revolução Francesa, com a restauração de vários monumentos históricos destruídos durante as guerras, em uma tentativa de se manter viva a identidade e restaurar o poder de uma nação através da atribuição de representatividade por meio bens tangíveis monumentais, como bem discorre Aloïs Riegl no ensaio "The Modern Cult of Monuments: Its Character and Its Origin" (1982), tempos depois a definição de

patrimônio cultural se ressignifica. Tal transformação se dá a partir da reivindicação de movimentos culturais que surgem principalmente nos países colonizados, onde coletivos não se sentem representados e pertencentes à cultura monumental importada da visão eurocêntrica. Neste momento, só é reconhecido como patrimônio cultural pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), órgão responsável pela identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo, os seguintes elementos:

“todo o grupo de construções e de espaços, incluindo as estações arqueológicas e paleontológicas, que constituam um povoamento humano, quer em meio urbano, quer em meio rural, e cuja coesão e valor sejam reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural.” (1976, p. 2)

Através das manifestações desses movimentos é que começa uma mobilização por meio de investigações por parte da Unesco. Mas somente em 2003, com a convenção de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, a cultura popular ganha força. Neste momento é definida uma forma de patrimônio cultural intangível, rompendo com a visão estilística monumental eurocêntrica sobre patrimônio cultural, através do reconhecimento da ameaça que as culturas dessas minorias se encontram e também com a promoção da defesa da diversidade cultural. A partir daí, entende-se como patrimônio cultural:

[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.” (UNESCO, 2003, p. 4)

A partir da contextualização construída acima, esta pesquisa parte da seguinte hipótese: O rompimento da invisibilidade sociocultural de comunidades indígenas, cuja marginalidade é imposta pela visão colonial eurocêntrica, responsável por inferiorizar coletivos e a cultura indígena, poderia ser alcançado por meio do desenvolvimento de práticas de re-existência da memória ancestral, com impactos diversos para as comunidades. Neste sentido, a pesquisa pretende identificar se há uma ocorrência destas práticas na comunidade remanescente do povo Puri do distrito

de Padre Brito, Barbacena/MG, que além de lutar pelo seu reconhecimento étnico, também apresenta um grande problema de estrutura física, carecendo de infraestruturas básicas. Não por acaso, esta comunidade foi escolhida para este trabalho, atraindo a minha atenção quando, no ano de 2019, compareci em uma das reuniões para a realização do 3º Festival Gastronômico Puri, a convite de um dos apoiadores do evento, o arquiteto Sérgio Ayres. Ao me deparar com as dificuldades enfrentadas na organização do evento, que conta basicamente com o apoio do município de Barbacena para o seu desenvolvimento, além do movimento de entidades e de voluntários na tentativa de rememorar uma cultura pouco conhecida na região, esta realidade despertou meu interesse, visto que eu já desenvolvia na mesma época trabalhos na área do patrimônio cultural.

Como objetivo geral, a pesquisa pretende avaliar de que forma o desenvolvimento da re-existência da memória ancestral auxilia na reconexão com o passado, na consolidação da identidade, no fortalecimento coletivo e na visibilização de uma comunidade indígena no contexto social onde está inserida, através do entendimento de que a aplicação de tais práticas pode promover a rememoração, preservação, transmissão, respeito, liberdade e reconhecimento dos modos de existir que constituem a identidade da comunidade. Com isso, a pesquisa pretende investigar não só as problemáticas culturais, mas também como estes aspectos afetam a estrutura social da comunidade como um todo, uma vez que a declaração do fim da colonização não encerrou os seus efeitos sobre estes coletivos, persistindo camuflado no processo de marginalização destes povos.

Como objetivos específicos, esta pesquisa pretende:

- Analisar o desenvolvimento das conceituações do patrimônio e cultura ao longo do tempo;
- Conhecer as normativas dos direitos culturais e o cenário em que se encontra o patrimônio cultural dos povos indígenas;
- Analisar como se manifesta a aplicação da re-existência da memória ancestral através das ações de valorização interna e externa empregados em comunidades indígenas;

- Buscar aspectos históricos, espaciais, socioeconômicos e culturais do distrito de Padre Brito, onde a comunidade remanescente de indígenas Puri, foco deste estudo, está inserida;
- Constatar os efeitos gerados através da re-existência da memória ancestral na estrutura social da comunidade.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, a metodologia exploratória se apresenta, neste caso, como a mais adequada. A revisão bibliográfica será feita por meio da consulta de materiais já publicados nas áreas de história, patrimônio cultural, antropologia, entre outros, além de pesquisa documental para verificação dos resultados de coleta de dados. A pesquisa também apresenta como procedimento metodológico o estudo de campo da comunidade remanescente de índios s de Padre Brito, Barbacena/ MG, para que haja uma aproximação do problema em uma escala averiguável. Serão empregados métodos de observação direta, análise de publicações, coleta de dados documentais e diálogos abertos com membros da comunidade. Em se tratando de uma comunidade indígena, marcada por séculos de opressão cultural, a coleta de informações pode ser escassa, tendo que se contentar com análises pautadas em pontos de referências e interpretações de reflexos que restaram do passado, para que seja possível obter resultados proveitosos (GRUZINSKI, 2003). Para o tratamento da coleta de dados do estudo de campo, será adotada a abordagem qualitativa, podendo utilizar de fontes primárias e secundárias para interpretação e atribuição de significados.

O trabalho foi estruturado em dois capítulos. A primeira parte faz uma cronologia das definições de patrimônio cultural e da conformação dos direitos culturais, relacionando estes aspectos a cultura dos povos originários. A segunda parte apresenta uma análise dos aspectos socioeconômicos e culturais da comunidade de remanescentes Puri de Padre Brito. Nessa etapa servirá como fonte de consulta os estudos anteriores realizados na comunidade, além de diálogos com representantes da população para atualização e confirmação dos dados encontrados. Após a análise destes dados, os resultados, considerações finais e proposições concluem o estudo. Contudo, é importante deixar claro que a análise apresentada a seguir traz percepções de uma pesquisadora não-indígena, sobre os trabalhos

acadêmicos acerca do povo originário, a professora doutora em história cultural e indígena da etnia Puri, Aline Rochedo Pachamama (2019), atenta:

Acredito na forma democrática da academia, ainda que precisemos caminhar bastante em prol disso. As pesquisas são para trazer luz, para acolher as pessoas ao universo acadêmico. O pesquisador que se propõe falar dos povos originários precisa ter muita humildade. Há uma vasta bibliografia indígena que não foi escrita pelo indígena. Tais escritos se apropriam em conhecimentos e saberes, muitas vezes traduzidos em vários idiomas, menos no idioma daquele que inspirou o registro. E o autor é sempre o outro... Um Povo, que é originário, pode ser (e é) silenciado em seu próprio território e em seu conhecimento. Então, é importante a pesquisa acadêmica que trabalhe em parceria com o originário e não tendo o originário como "objeto de pesquisa". Que o pesquisador não tenha sentimentos de posse desses saberes." (PACHAMAMA, 2019)

Portanto a análise aqui proposta tem intenção de apenas constatar a realidade vivida e relatada principalmente pelo povo originário, lançando luz dessa temática no campo acadêmico, no que se refere tanto à arquitetura e urbanismo, história, antropologia entre outras áreas de interesse.

1 PATRIMÔNIO CULTURAL E OS POVOS INDIGENAS

Este capítulo pretende construir um panorama em ordem cronológica das definições, conceituações e aplicações do patrimônio cultural e dos direitos culturais no Brasil e exterior até os dias atuais. Posteriormente também será feita uma análise do patrimônio cultural tendo como foco os povos originários do território brasileiro.

1.1 PATRIMÔNIO CULTURAL NA PERSPECTIVA EUROCÊNTRICA

A conceituação de patrimônio cultural é marcada por muitas ressignificações, isso porque tanto a definição de patrimônio quanto a definição de cultura recebem interpretações diversas nos vários contextos e campos de estudo onde foram empregados. Para contextualizar de forma cronológica essas transformações, partiremos das primeiras definições e aplicações dos conceitos de patrimônio, que surgem em um cenário pós-guerra na Europa do século XVIII, mais precisamente, na Revolução Francesa, quando a burguesia inicia uma tomada de poder em busca de direitos relacionados à dignidade humana, através do alcance da igualdade, fraternidade e liberdade. Para isso, a Monarquia Absolutista deveria sucumbir, sendo defendido por esses grupos a destruição dos símbolos materiais monárquicos para o início da escrita de uma nova ideologia. Essas ações acabam criando movimentos contrários a tais ideias, que defendem o valor histórico desses marcos materiais na formação identitária francesa em 1830.

Esse primeiro movimento de uma tentativa de proteção ao patrimônio é apontado por Choay (2001) como uma ação reativa às ações ideológicas de depredação dos monumentos históricos que se iniciam a partir de 1792 na França. Não era prática comum até então, o incentivo à preservação destes monumentos históricos, mas a partir daí, esse entendimento de patrimônio em escala de herança nacional é difundido em várias partes do mundo, tendo como premissa a preservação dos bens tangíveis monumentais na formação identitária e patriótica das nações.

Como aponta Choay (2001), naquele momento atribuiu-se ao patrimônio o valor nacionalista, sendo este o mais relevante, por seu cunho afetivo na estruturação das nações; os valores cognitivos educativos; o valor econômico, como forma de atrair

turistas; e o valor artístico, este em menor relevância em um primeiro momento. Durante o intenso desenvolvimento de industrialização que se segue, intensifica-se também o movimento de proteção dos monumentos históricos, acelerando a criação de normativas protetivas desses bens. Mas esta primeira conceituação de patrimônio atrelada aos monumentos históricos tangíveis que surge na Europa do século XVIII se mantém apenas até meados do início do século XX e se ressignifica com o surgimento do pensamento antropológico de cultura.

Nesse momento, a partir desses novos conceitos, o antropólogo Edward Taylor estabelece como cultura "todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade" (1920, p. s.p). A criação da Unesco em 1945, também é um importante fator de transformação da categoria patrimônio, sendo ela a responsável por iniciar uma corrente de não rivalidade entre as nações. Começa então um processo de incorporação do pensamento antropológico de cultura às conceituações de heranças patrimoniais nacionais, que até então eram somente materiais, surgindo, assim, o patrimônio cultural, que transcende a ideia da materialidade. A definição de patrimônio sofre então uma ressignificação, através da inclusão dos bens intangíveis como os saberes, os modos de criar e as práticas de diferentes culturas.

Se até então na trajetória do patrimônio predominara a ação envolvendo bens relativos à cultura material, em que a ênfase girou em torno de bens com atribuição de valor artístico e histórico, a apropriação do conceito antropológico de cultura no campo do patrimônio revelou uma passagem importante. A ideia de um povo indiscriminado como sujeito da nação dá lugar à concepção de um povo segmentado, formado por uma multiplicidade de culturas. As consequências da difusão da noção de diversidade cultural se fazem sentir ainda hoje. (...) O estudo das culturas e, consequentemente, a luta pela preservação das mesmas estendeu-se ao infinito. Indígenas, negros, mulheres, indonésios, imigrantes, proletários, burgueses e diversas categorias criadas, como expressões de construções de culturas e/ou identidades singulares, passaram a reivindicar a preservação de patrimônios próprios. (ABREU e CHAGAS, 2009, p. 37 e 38)

Como descreve a citação acima, todo esse processo de ressignificação deve ser entendido como um movimento de reivindicação de grupos sociais multiculturais, que não tinham a garantia de proteção e nem a representatividade de suas heranças culturais devido à escala monumental estabelecida na determinação eurocêntrica do que se entendia como patrimônio. A definição de um patrimônio cultural intangível faz

emergir cada vez mais discussões acerca das lutas por preservação de culturas populares e tradicionais marginalizadas e de todo estigma de atraso evolutivo criado sobre elas.

Em suma, podemos afirmar que, não fossem os movimentos reativos às ideologias de destruição dos monumentos históricos, em prol da implantação das novas ideologias que surgiram naquele momento, muitos símbolos monumentais desapareceriam. A criação do conceito de patrimônio se torna um importante marco para muitas culturas e os processos de ressignificação de patrimônio e cultura, definidos posteriormente, resultam no que hoje chamamos de patrimônio cultural. Esse novo conceito se desdobra e passa a incorporar a luta por respeito e igualdade dos modos de existir, fazer e pensar. Trata-se de uma preocupação inicial com a salvaguarda da cultura popular, tradicional e originária, a partir do entendimento dessas culturas como algo vivo, portanto, capaz de ser extinta.

Mesmo com tantos avanços, ainda vivemos a transição deste pensamento eurocentrado, que ainda deixa uma marca nociva em muitos coletivos. Discorreremos mais sobre este assunto nos itens a seguir.

1.2 DIREITOS CULTURAIS DOS POVOS INDIGENAS - CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Quando falamos de direitos culturais, falamos de um debate muito recente e presente na área do patrimônio cultural. O próprio processo de definição de cultura como algo ligado a natureza humana, que todo coletivo é capaz de produzir, independentemente de sua posição social, política, econômica e a associação deste conceito ao patrimônio das nações, é uma reflexão relativamente atual.

No Brasil, a aplicação das normativas acerca dos direitos culturais é inserida através da Constituição Federal de 1988 e desde então a discussão sobre o tema vem ganhando destaque. É importante lembrar que quando as normativas de patrimônio se inserem no país, elas já trazem consigo os conceitos antropológicos de cultura. Então partiremos principalmente deste marco histórico para trazer um panorama

sobre como as normativas de direitos culturais se inserem no país dando ênfase aos direitos culturais dos povos originários, já que eles são o foco desse estudo.

A demanda por direitos culturais surge de uma necessidade de garantia de proteção e valorização das manifestações de diversas culturas (OLIVEIRA e SOUZA, 2011). Tal necessidade está presente principalmente em países multiculturais, portando não é de se surpreender que os primeiros registros dessas legislações tenham surgido no México, na Constituição Mexicana de 1917. O documento tem como uma das suas premissas a proteção dos povos originários, de seus territórios e de sua cultura, povos estes que habitam o local desde antes a colonização. Sendo o Brasil um país multicultural, a demanda por proteção das culturas através dos direitos culturais é logo também reclamada.

Para falar sobre os direitos culturais dos povos indígenas no Brasil, primeiramente falaremos sobre direitos humanos, pois esta é a base para determinação destas normativas no país e, posteriormente, analisaremos como elas representam a proteção a estes povos originários e suas heranças culturais. Os direitos dos povos indígenas como um todo é marcado por um passado de negligências e violações à dignidade humana. As primeiras diretrizes estabelecidas para o alcance da dignidade humana são determinadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Tal declaração surge durante lutas sociais coletivas e individuais, pela garantia à dignidade humana no cenário pós-guerra da segunda Guerra Mundial, portanto se trata principalmente de ações movidas por uma visão ocidental (Europa e EUA) desses direitos, como afirma o professor especialista em Culturas e História dos Povos Indígena Humberto da Silva Miranda (2017, p. 85).

Tendo essa primeira conformação dos direitos humanos como base as lutas liberais ocidentais e tendo os direitos culturais da Constituição brasileira a definição desses direitos humanos ocidentais como base para a criação das normativas acerca dos direitos culturais no Brasil, criasse uma incompatibilidade de realidades, que abre muitas brechas na garantia desses direitos com relação aos povos originários do país. Ao discorrer sobre Direitos Culturais, podemos observar que se trata de uma demanda mutável, por referir-se a uma necessidade que parte de diferentes formações sociais, portanto não há uma fórmula exata para aplicação dessas normativas em uma escala global. Na obra “Droit de La Culture” (1990), os autores retratam o início de uma

demanda por direitos culturais na Europa, a partir de conflitos culturais que surgem das ofertas por serviços culturais por parte do estado. Já no contexto da América Latina, em uma investigação de obras como “Los Derechos Culturales En Mexico” (2018), percebe-se que as demandas por direitos culturais surgem principalmente da necessidade dos povos originários e tradicionais presentes nesses territórios, tratando-se principalmente de uma luta pela dignidade humana desses povos e pela proteção e respeito às formações e manifestações multiculturais características da estruturação histórica dessas nações.

Atualmente as Constituições são responsáveis por criar normativas acerca dos direitos culturais, aliados aos órgãos e poderes administrativos responsáveis por estes aspectos, que ficam encarregados de criar políticas públicas que façam valer estes direitos. A Constituição Federal de 1988 é o primeiro documento jurídico que reconhece os direitos culturais no Brasil, não há neste documento uma lei que garanta o direito à cultura, isso se dá pela conformação de sua criação que tem como base a lógica sociológica e antropocêntrica de cultura, que parte da premissa de que a cultura existe independente de uma criação humana para a determinar, ocorrendo a partir do momento em que duas pessoas se relacionam, sendo uma característica intrínseca ao ser humano (LARAIA, 2001). Desta forma, tendo a jurisdição brasileira como condição para criação de uma lei a possibilidade desta lei ser descumprida, não há como criar uma normativa de direito à cultura, visto que não há como impedir a cultura de acontecer ou existir. Sendo assim, a Constituição atual não possui uma lei de direito a cultura, e sim aos direitos culturais, que tem como objetivo garantir o pleno exercício das manifestações culturais. Desta forma fica especificado no artigo 215, da Constituição Federal de 1988 que: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.” (BRASIL, 1988)

Nesses direitos culturais estão englobados os temas das artes, as memórias coletivas e os fluxos de saberes. É importante salientar que perante estas normativas, nem toda manifestação cultural é resguardada por um direito cultural. Para se enquadrar na lei de proteção as manifestações culturais devem possuir os objetivos presentes nas diretrizes contidas na Declaração dos Direitos Humanos de 1948, como o alcance à dignidade humana, de outros seres e do espaço onde se vive, além do desenvolvimento humano e da promoção da paz entre as nações.

Em se tratando de direitos culturais dos povos indígenas brasileiros, a Constituição Federal de 1988 traz no Capítulo VIII normativas a respeito destes povos. No Artigo 231 é reconhecido “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. E também é afirmado no Artigo 232: “os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”. Fica claro nesses dois trechos aqui destacados, o poder de tutela do Estado sobre os povos originários.

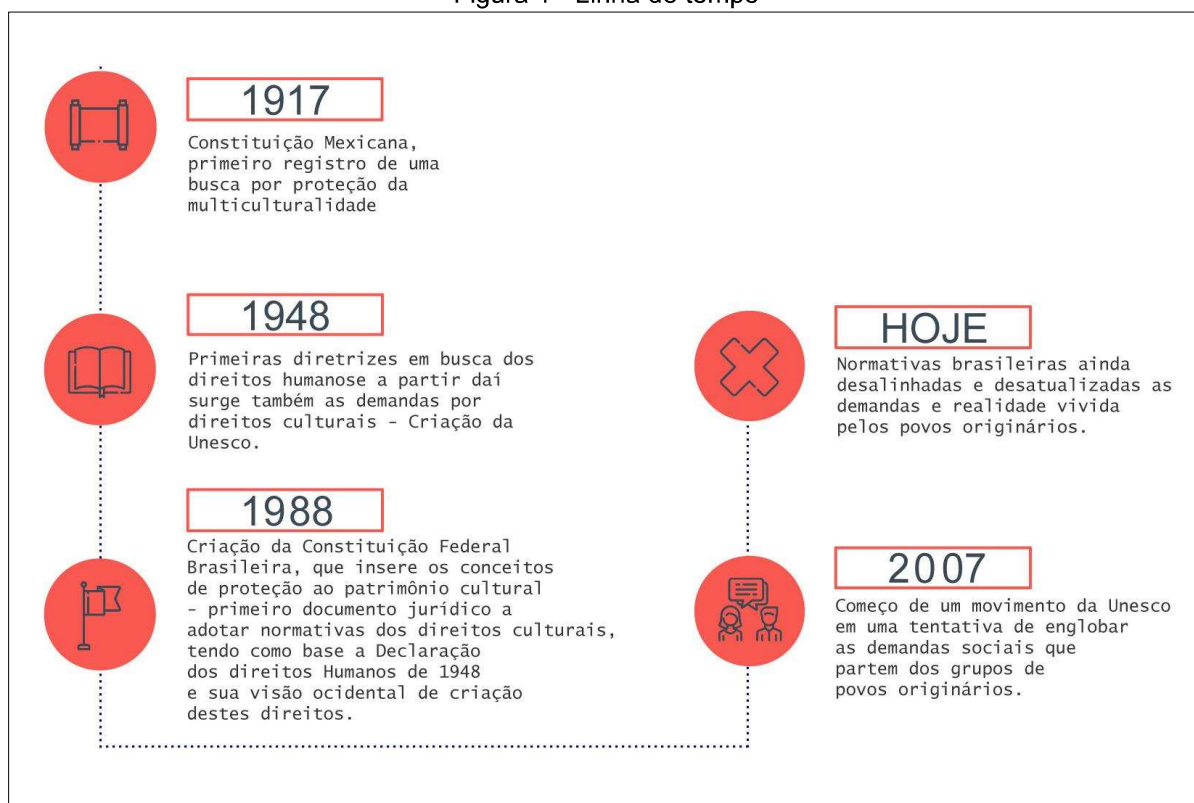
Miranda (2016), discorre sobre dois movimentos acerca dos direitos dos povos indígenas no cenário atual brasileiro. O primeiro diz respeito ao debate sobre a história e o processo de colonização destes povos, onde desde o início até os dias atuais, os interesses da elite latifundiária sempre se sobressaem ao asseguramento à dignidade humana dos povos indígenas através dos direitos humanos e dos direitos culturais. O segundo movimento traz uma problematização que parte da concepção da legislação dos direitos humanos e como esta representa os povos indígenas. O autor fala justamente da constituição de um direito humano como uma invenção da sociedade ocidental, que passava pela revolução liberal e, portanto, atende principalmente os interesses da burguesia que ascendia ao poder naquele momento. Ele alerta também sobre a desatualização da Declaração dos Direitos dos Povos indígenas, por basear-se no Estatuto do Índio, que trabalha a questão indígena em uma perspectiva etnocêntrica, portanto se trata de um documento desalinhado e desatualizadas aos interesses e à realidade vivida por esses povos, mesmo sendo atualmente o principal instrumento de representação dos direitos indígenas. Ele aponta também a importância da participação de povos originários nas tomadas de decisões como uma garantia da efetivação dos seus direitos. Partindo disto, entende-se o quanto a modificação dessas perspectivas tanto nas normativas dos direitos culturais, quanto na percepção por parte dos não-indígenas da nação se faz necessária.

Em um panorama mais atual, podemos encontrar uma movimentação por parte da Unesco, que estabeleceu uma meta até o ano de 2007 de traçar novas estratégias, em uma tentativa de atender às demandas levantadas pelos povos originários de todas as partes do mundo. Nesta lista de diretrizes contam como forma de medidas para o desenvolvimento destas culturas os seguintes pontos:

a salvaguarda do patrimônio material e imaterial; a promoção da educação multilíngue e multicultural, tanto formal como informal assim como a promoção dos direitos culturais; a definição de mecanismos de mediação que facilitem a participação dos povos indígenas nos processos de tomada de decisão; a valorização dos sistemas de conhecimento locais e indígenas e sua transmissão entre gerações; o fortalecimento dos povos indígenas através de parcerias equitativas com parceiros não-indígenas; o suporte à criação de corpos consultivos nacionais e de redes de intercâmbio entre e com povos indígenas. (IEPE, 2006, p. 61 e 62)

Construindo uma linha do tempo, dos eventos ocorrido até o cenário atual, pode-se ressaltar os seguintes marcos históricos de acordo com a Figura 1 abaixo:

Figura 1 - Linha do tempo



Fonte: Elaborado pela autora

Através das lutas sociais dos povos originários e da criação da “Recomendação da UNESCO Sobre a Salvaguarda da Cultura Popular e Tradicional” (1989), uma nova perspectiva sobre patrimônio cultural e direitos culturais é lançada, e as normativas que se seguiram posteriormente trazem alguns avanços ao cenário de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial dos povos indígenas no Brasil. É sobre estas novas ações e cenário que discutiremos no próximo item.

1.3 PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDIGENAS NA ATUALIDADE

Para entendermos o patrimônio cultural como conhecemos hoje, precisamos contextualizar os movimentos em defesa da diversidade cultural formados, principalmente, por coletivos que não se sentiam representados pela perspectiva eurocêntrica e hegemônica sobre patrimônio disseminada até então, e também a influência do surgimento da Unesco e a criação dos programas para Educação, Ciência e Cultura, por ela elaborados em 1945. Como já foi mencionado, a conceituação antropológica de cultura do final do século XIX, trouxe análises importantes sobre o patrimônio e os movimentos em defesa da diversidade cultural, que partem justamente desta perspectiva para conscientizar a preservação do patrimônio cultural das culturas populares e tradicionais das nações. Dentro dos programas de desenvolvimentos determinados nas conferências gerais da Unesco, um marco importante a ser mencionado foi a criação da Recomendação de Salvaguarda da Cultura Popular e Tradicional, que define em 1989 os seguintes aspectos:

A cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural e são fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem a expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas, compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes (UNESCO, 1989, p. 2).

Ainda em uma formação primária de definição do que abrange as culturas populares e tradicionais, os movimentos em prol do respeito à diversidade cultural ainda levantavam indagações sobre estas primeiras definições, principalmente por causa do seu caráter ainda de valor e preservação do material. Nesse formato, o valor material não compreendia todos os aspectos da posição que essas culturas representam e ocupam na dimensão social de heranças nacionais.

Os novos questionamentos sobre o valor atribuído apenas à produção material das culturas e também o cenário de marginalização em que ainda se encontravam, foram analisados pela Unesco, que decidiu optar, mais uma vez, pela reformulação das definições anteriores, passando a adotar a definição de medidas de preservação

e depois de valorização das culturas populares e tradicionais. Através de implementação de programas, que tinham como objetivo o reconhecimento e valorização de coletivos detentores de saberes tradicionais e originários, cada vez mais a ideia dos valores atrelados apenas a produções materiais ficava para trás, como afirma o Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena (IEPÉ, 2006, p. 16).

Na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, em 2003 fica claro o novo formato das conceituações da categoria de patrimônio, que agora abarcam tanto as obras artísticas materiais, quanto as manifestações de natureza imaterial. No Brasil, estas novas formas de pensar o patrimônio das nações já começaram a ser inseridas a partir da promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988. A adoção precoce dessa nova visão parte principalmente da necessidade de proteção e valorização da pluralidade presentes no país, assim como em muitos países com formações multiculturais. Posteriormente, no ano 2000, é criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial brasileiro, que traz em quatro livros todos os aspectos que englobam os bens imateriais existentes no país. São eles:

Livro de Registro dos Saberes: conhecimentos e modos de fazer, enraizados no cotidiano das comunidades; Livro de Registro das Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; Livro de Registro das Formas de Expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; Livro de Registro dos Lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (IPHAN, 2000, p. s.p)

A determinação de um patrimônio cultural imaterial com certeza transformou a visão do patrimônio cultural na atualidade. Isso porque foi a primeira vez em que as culturas marginalizadas pela visão monumental e estilística elitizada, criada pela determinação ocidental de patrimônio, ganharam certa visibilidade em um contexto mais amplo em escala nacional. Trazendo essa investigação do patrimônio cultural brasileiro na atualidade para mais próximo o estudo aqui proposto, iremos dar enfoque em como este novo cenário impacta a cultura dos povos originários do país.

Em se tratando de uma análise do patrimônio cultural dos povos indígenas no contexto brasileiro atual, verifica-se que as mudanças prosperam mais em um campo formal do que de uma forma prática, isto porque o exercício de respeito e valorização da diversidade cultural não é uma realidade empregada no cotidiano vivido.

O preconceito que desponta da visão sociocultural eurocêntrica, que se posicionam como organizações superiores, e o próprio padrão hegemônico inserido através da colonização destes povos fixa o estigma criado da visão do indígena como um indivíduo que vive em ocas, no meio do mato, quase como uma figura folclórica presa no passado, tornando-se um dos principais fatores do cenário de desvalorização da cultura dos povos originários (IEPÉ, 2016, p. 18). Isso porque a perspectiva do patrimônio, como algo imutável, formada de aspectos do passado, é ainda uma interpretação muito recorrente. Um exemplo desse cenário pode ser percebido na própria percepção e determinação da produção artística indígena por parte dos não-indígenas, onde há uma desvalorização dessa criação através da definição de um padrão exótico para os artefatos produzidos por esses povos, que quando incorporam elementos externos (fornecido por não indígenas) para confecção de suas peças, perdem “valor cultural” por não se utilizarem apenas de materiais considerados aceitáveis para determina-los legítimos. Sobre esses estereótipos (GRAÚNA, 2011, p. 258) discorre, “Estando na cidade ou na aldeia, carregamos nossa identidade, nossa origem;”. Outro exemplo dessa visão é a própria abordagem da imagem do indígena nos livros didáticos escolares, que como cita Pachamama (2020) em uma de suas entrevistas ao Museu do Índio, o fato de sempre se escrever sobre os povos originários no pretérito, reforça a visão subalterna da cultura indígena e a ideia de que estão no passado, e que não fazem parte do tempo presente.

Esta idealização de patrimônio cultural, acaba sentenciando culturas a não evolução de seus saberes, criando um processo que reforça o preconceito através da imagem destes povos como atrasados e de que devem permanecer congelados no tempo. Tal visão impede, principalmente, o reconhecimento e valoração de muitos saberes preciosos que estes povos carregam para o mundo contemporâneo. Vale lembrar que a partir da incorporação da definição antropocêntrica mais recente sobre cultura aos conceitos de patrimônio, todos os conjuntos por ele determinados são tidos como conformações e processos vivos, portanto não estáticos e capazes de se transformar através do tempo.

No Brasil, atualmente se reconhece 817.963 mil indígenas, representando cerca de 305 etnias diferentes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Censo de 2010, e este número pode ser ainda maior, já que há a chance de existir muitos remanescentes espalhados pelo território brasileiro que não

foram identificados pela última pesquisa, visto que muitos vivem em contextos urbanos/ruais e ainda não se auto declararam indígenas. Muitos destes remanescentes indígenas inseridos em contextos urbanos sentem a inibição de se auto declararem indígenas. O fator do preconceito é ainda um dos maiores responsáveis por esse receio, como cita o Professor Mestre em Antropologia Social no Brasil e indígena Gersem dos Santos Luciano, indígena do povo Baniwa (2006, p. 122 e 123). Apesar disso a organização de grupos formados por povos originários vem aos poucos tentando reverter este quadro, o que pode ser percebido no crescente número de povos se auto declarando indígenas. Este preconceito parte principalmente da sociedade não indígena, que acaba criando padrões de características exóticas para validar um indivíduo como indígena ou não. Vale ressaltar que para o ter reconhecimento étnico, basta a autodeterminação do indivíduo ou coletivo como sendo indígena perante a Funai - Fundação Nacional do Índio, órgão responsável por coordenar e regulamentar as questões indígenas no país, esta normativa foi estabelecida através do Decreto Legislativo (PDL) nº 34/93 que sancionada a autodeterminação dos povos, apresentado na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), juntamente com a ONU.

Retomando a análise da estatística levantada pelo censo de 2010, é de extrema relevância entender que este número expresso não representa uma única conformação de povos originários, e sim, vários grupos individuais, que juntos representam uma grande pluralidade de etnias, cada um com suas peculiaridades. Sendo assim, a diversidade cultural do país já começa com esta variedade de conjuntos sociais. Antes mesmo da chegada do estrangeiro nestas terras, a assimilação de saberes existia como um processo natural que ocorria através do contato com outras culturas. Portanto, é errôneo pensar que essa troca de saberes torna os povos indígenas menos dignos de determinarem a si mesmo e suas produções como tradicionais e indígenas. É importante destacar aqui, que esse processo não se trata de uma forma de imposição cultural, não podendo ser confundida como a imposição que ocorre nos processos de colonizatórios de povos originários.

Como afirma Luciano (2006, p. 114), essas estatísticas também geram preocupações por parte do governo brasileiro, uma vez que o crescente número de povos autodenominados indígenas começa a criar uma visibilidade e, portanto, gera

uma imprevisibilidade principalmente na política, mais precisamente nos processos das questões territoriais indígenas, que impacta diretamente nos interesses da elite latifundiária do país. A posição assumida pelo governo preocupa, principalmente, por se tratar de uma reação indigenista, que se analisada na perspectiva de representantes originários, deveria ser repudiada, mas que não pratica não condiz com a realidade empregada, como foi já citado no início deste item. Isso mostra que quando se trata da situação dos povos originários a posição governamental ainda é totalmente arbitrária, tendendo sempre aos interesses políticos e econômicos da elite do país.

Nestas circunstâncias, é notório que mesmo que os discursos de respeito à diversidade cultural ocorram, a perspectiva da sociedade ainda é bastante preconceituosa e elitista, e além disso, as legislações que asseguram direitos a estes povos são ainda muito falhas. Isso se dá principalmente pela dificuldade de ampliar a interpretação correta do que se entende por respeito e valorização da diversidade cultural dos povos indígenas e também pelas posições políticas tendenciosas. Esse cenário de preconceito e marginalização da cultura tradicional e originária tem suas raízes muito anteriores às ações de proteção ao patrimônio. Em uma investigação mais profunda de sua motivação, podemos verificar que apenas se trata de uma nova terminologia para o que costumava ser chamado de colonização.

O colonialismo, para além de todas as dominações porque é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma reflexão extremamente desigual entre saberes que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade. (SANTOS, 2010, p. 23).

Ainda em sua entrevista ao canal do Museu do Índio, Pachamama (2020) tece uma fala que vai de encontro com a colonialidade, termo definido pelo pensamento decolonial, que afirma que os processos da colonização não se encerram no passado e sobrevivem ainda hoje. Para o povo originário o cenário da colonialidade, que determina a soberania de uma cultura sobre a outra, que instiga o pré-conceito entre raças, que segrega formas diferentes de pensar e ser, que manipula indivíduos para o alcance de objetivos que beneficiam apenas uma parte dos envolvidos e que escraviza e ignora a dignidade do outro, é a realidade vivida por eles no país até os dias atuais. É por isso que quando indagados sobre um suposto ressurgimento ou emersão dos povos originários a resposta é clara: “Não somos ressurgidos, nem

emergentes, somos povos resistentes” (SAMPAIO, 2004, p. 7). Por este motivo, este trabalho traz em seu título o termo re-existência, por ser atualmente a terminologia que mais representa toda luta e cenário vivido por estes povos. Parece óbvio constatar que esses coletivos sempre estiveram aqui, mas analisando todos os aspectos levantados até agora, é também ainda mais óbvio constatar que é como se não estivessem, e mesmo com toda história indo na contramão de sua existência, os povos originários estão sim presentes e permanecem resistentes em sua luta.

Acredito, com todas as forças do meu ser, que os caminhos de Ameríndia são caminhos de resistência. Por esse caminho, encontro parentes indígenas, amigos, guerreiros e tantas outras pessoas que buscam um lugar no mundo e lutam por dias melhores. Nesse caminho, percebo que as utopias não se perderam, isto é, elas se materializam toda vez que as pessoas lutam contra o preconceito, entre outras formas de violência; lutam pelo direito de construir seu próprio relato, sua literatura (em prosa ou em verso, oral ou escrita, como quer a nossa literatura indígena). Esses caminhos também se revelam nos sonhos que não se sonha só, como sugere Quixote/Cervantes. São sagrados os caminhos que revelam a sabedoria indígena e xamânica a nos alertar sobre a importância de amar e respeitar a nossa mãe terra. Nesta perspectiva, também diria o líder e escritor Ailton Krenak: amar e respeitar nosso avô: o rio. (GRAÚNA, 2019)

Como mostra Henrique Gonçalves Entratice (2019) no seu estudo sobre a preservação do patrimônio cultural imaterial brasileiro, em uma análise das medidas de salvaguarda do povo Wajãpi foi identificado duas formas de valorização muito importantes na promoção das culturas originárias presentes no país. A primeira forma de valorização seria a valorização interna nas comunidades dos povos originários, que como aponta Freire (2005 p. 175), uma vez que o fato de estes povos reconhecerem uma superioridade nas culturas hegemônicas, acaba por contribuir para o enfraquecimento de seus valores e consequentemente a extinção das suas raízes indenitárias. E a segunda forma de valorização é por parte dos não indígenas, através do entendimento da importância e existência dos povos originários no tempo presente e do seu reconhecimento como parte do todo, e não uma exceção excêntrica.

Sendo a valorização interna e externa o caminho para modificação do cenário da cultura originária atual, qual seria então a forma mais eficiente de implementação desta visão, visto que as medidas tomadas até então não se mostram eficazes de uma forma prática? Muitos estudos demonstram como um importante processo para esta modificação no olhar atual o ensino escolar. Como aponta Miranda (2016, p. 93), a modificação desta visão que vem desde os primórdios da colonização,

deve partir da transformação desta perspectiva já na base da formação da visão humana e cidadã de um indivíduo, por meio da escola. Trata-se então de uma (re) construção de conceitos, a partir do Currículo Básico Escolar brasileiro, aplicando uma visão decolonial, através do exercício do respeito e valorização da diversidade cultural, a criação de um espaço onde as desigualdades são contestadas, formando a visão das novas gerações livres dos preconceitos enraizados pela perspectiva etnocêntrica, hegemônica na formação histórica do país. O capítulo a seguir constrói uma narrativa mais profunda sobre as formas de valorização interna e externa da cultura originária.

1.4 FORMAS DE VALORIZAÇÃO INTERNA E EXTERNA DA CULTURA ORIGINÁRIA

Para iniciar o diálogo sobre valorização dos povos originários, precisamos entender, primeiramente, que para haver respeito e valorização dessas culturas, é preciso antes conhecer a existência e impacto destes povos no tempo presente, principalmente a riqueza de seus saberes - como por exemplo os saberes destes povos sobre desenvolvimento sustentável formado através dos conhecimentos seculares de uma relação dinâmica de respeito à natureza - e entende-los como partes do todo social, afinal, eles somam parte significativa tanto territorial quando em número de indivíduos.

A perspectiva construída pelo indígena como uma figura folclórica retratada nos livros de história, que aos poucos deixa de existir no presente, além de negar sua existência, reduz toda a conquista destes povos até então. A valorização das culturas tradicionais e originárias partem principalmente da quebra de preconceitos e da re-existência dos seus modos de ser e viver. Por exemplo, a data do Dia do Índio, comemorada no dia 19 de abril, traz a imagem do indígena cheia de estereótipos, o que não transmite em nada o que estes povos realmente representam. A palavra índio por si só já não é mais reconhecida como uma denominação válida para os povos originários, por reforçar a imagem destes como um povo selvagem e de cultura atrasada, sendo a palavra indígena muito mais representativa, por significar “aquele que está ali antes dos outros” como explica o indígena, doutor em educação pela

Universidade de São Paulo e pós-doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos, Daniel Munduruku, em entrevista ao site de notícias G1 (2019). A palavra indígena transmite toda a sabedoria secular que estes povos carregam, que pode e muito contribuir nos ensinamentos contemporâneos.

A busca por valorização das culturas originárias tem como objetivo principal o reconhecimento de sua existência no tempo presente, para que o respeito à pluralidade cultural possa ser colocado em prática, além do entendimento das demandas sociais destes povos, para que assim possa ser determinada normativas pertinentes à realidade vivida nessas comunidades.

Em se tratando da importância da valorização da presença dos povos indígenas no nosso país, três pontos devem ser levados em consideração. segundo Luciano (2006, p. 81). O primeiro é relevância territorial, uma vez que as demarcações de terras indígenas conferem a esses povos uma forma de pressão política e social muito relevante, esta relevância é utilizada principalmente na busca pela garantia de determinação de proteção e aplicação de políticas públicas adequadas às necessidades desses povos. O segundo ponto é a relevância da temática nacional e internacional, que discute a importância da proteção cultural e ambiental das terras indígenas, sendo sempre recomendado o fortalecimento coletivo destes povos para a conservação e proteção do meio ambiente, proteção que já praticam por meio da relação secular de respeito com a fauna e flora no território brasileiro, fato que demonstra que a visão de um povo que atrasa o progresso do país pelo poder que detém sobre os territórios que habitam é, no mínimo, equivocada. E o terceiro ponto são as riquezas culturais que estes povos carregam, formada por uma diversidade grande de saberes que ainda é muito desconhecida, e que em outros lugares do mundo seriam consideradas inestimáveis. Nesse quesito a valorização do patrimônio cultural destes povos é incentivada também como forma de fortalecimento coletivo interno e externo.

Sendo assim, como assegura Luciano (2006, p. 96), a temática dos direitos indígenas ultrapassa as barreiras da necessidade de uma pequena sociedade, elas se tornam uma questão moral e ecológica de dimensão global. Nesse contexto, fica claro a importância de se entender a presença dos povos indígenas na atualidade. O mais preocupante, contudo, é constatar que a falta desse entendimento,

principalmente para com os povos originários, ainda é recorrente, principalmente no ensino reproduzido nas escolas brasileiras, mesmo estas sendo atualmente o caminho para a formação da visão cidadã de uma sociedade. Isso atinge principalmente a busca por respeito à pluralidade cultural e o entendimento das demandas sociais desses povos, estabelecendo um quadro de luta eterna pela sobrevivência dos indígenas presentes no país.

Dessa forma, o maior obstáculo enfrentado pela valorização dos povos originários é o preconceito sobre a cultura desses coletivos e o não reconhecimento de suas organizações sociais, que desvaloriza a sua existência na contemporaneidade. A determinação de padrões historicamente construídos cria uma barreira que dificulta o entendimento do valor dessas culturas no tempo presente. Somente com o rompimento dessa visão o respeito à sociodiversidade, pluralidade cultural e a igualdade em importância de existência, pode ser garantida. A re-existência da memória ancestral faz um papel de extrema importância na conquista da valorização interna e externa dessas culturas, visto que, apesar de ainda se encontrarem em um cenário preocupante na luta por fazer valer os seus direitos básicos, o fortalecimento dos movimentos indígenas já mostra seus resultados positivos na potencialização da etnogênese dos povos originários, este crescimento étnico-demográfico mostra como o pensamento sobre o sumiço dos indígenas está equivocado. Este fato vem contribuindo também para um melhor recebimento da identidade indígena em um contexto social mais amplo.

A busca pela valorização das culturas indígenas como cita Iepé (2006, p. 58), nada mais é que uma forma desses povos de continuarem existindo, visto que quase sempre em posição de exclusão e marginalização, a sua presença no país só é notada quando interesses exploratórios locais, nacionais ou internacionais estão em voga. A valorização que estes povos buscam visa, no entanto, que eles possam simplesmente viver no país, ao invés do interminável ciclo de uma tentativa de sobrevivência a que são compelidos no decorrer da história de sua existência.

Iepé (2006, p. 64 a 71) no capítulo sobre "Experiências de valorização de culturas indígenas", faz um compilado de medidas tomadas em comunidades indígenas que se mostraram eficientes na proteção e valorização interna da cultura desses povos. As ações com bons resultados implementadas envolvem,

principalmente, a participação ativa dos membros da comunidade no registro e gestão de suas culturas, para criação de uma certa autonomia sobre suas heranças culturais. Esta participação ativa, que como ressalta o autor (p. 74), não se trata de apenas assistir ao processo de valorização, mas é muito importante para garantir que nenhum conhecimento documentado seja descontextualizado, além de proporcionar a prevalência da vontade da comunidade, na determinação do que é relevante para eles ser documentado:

Se consideramos a elevada carga de preconceitos que ainda rodeia os saberes indígenas, a sua documentação pode contribuir para que sejam não só melhor conhecidos, mas, sobretudo, reconhecidos enquanto patrimônio imaterial. Porém é fundamental levar sempre em consideração as configurações de contextos particulares, especialmente quando um grupo indígena é radicalmente contrário ao registro de seus conhecimentos, por temer a difusão inadequada de seus conteúdos. Por outro lado, é indispensável propiciar aos índios a possibilidade de avaliar criticamente inventários de que já se dispõe, especialmente quando o registro é tão incipiente que não documenta o contexto específico em que um conhecimento ou prática é utilizado, tornando a documentação ineficaz. (IÉPE, 2006, p. 81)

Dentre estas práticas de valorização internas citadas no capítulo estão: A capacitação para utilização de técnicas e tecnologias, sem que prejudique as práticas culturais das comunidades indígenas; a formação e capacitação de jovens e adultos do local para o registro, gestão de suas culturas e participação na criação de seus inventários; a formação de professores capacitados a adaptar o currículo escolar com propostas específicas para o ensino em aldeias e comunidades indígenas; aproximação das gerações nas comunidades indígenas, através do diálogo, rompendo com conflitos e até preconceitos internos, gerados quando há um reconhecimento de uma superioridade no conhecimento de fora e uma desvalorização dos saberes internos da comunidade; e formação de membros das comunidades que possam assumir o papel de mediadores e comunicadores de suas culturas (IÉPE, 2006, p. 64 a 71).

Como já foi citado no item anterior, em se tratando de valorização externa, muitos livros que abordam a temática de valorização dessas culturas, apontam a educação escolar como um caminho para o alcance dos direitos, reconhecimento e visibilidade dos povos originários. Miranda (2017, p. 87 e 89) discorre que além da necessidade de (re) pensar e (re) construir conceitos acerca dos povos indígenas no Brasil, acredita-se que as "possibilidades de mudança podem acontecer através da

educação, tendo a educação escolar uma importante contribuição nesse processo" (MIRANDA, 2017, p. 93). Ficando, portanto, a escola responsável por disseminar pensamentos sobre o respeito à diversidade cultural, tendo em vista a capacidade e contribuição da educação escolar na formação cidadã, formando indivíduos conscientes do papel que desempenham na sociedade e principalmente nas comunidades próximas a sua vivência.

Sobre o exercício da cidadania, Luciano (2006, p. 87) faz uma análise interessante sobre a construção do conceito de exercer cidadania. O autor explica que sendo a cidadania definida pelo Estado em um modelo etnocêntrico, este exercício acaba atingindo pontos conflituosos quando inseridos em comunidades indígenas, já que se torna um desafio praticar cidadania sem que se perca as raízes indenitárias desses povos. Segundo o autor, isto é driblado pela dupla cidadania, indígena e brasileira, que estes povos tentam articular, em uma tentativa de instrumentalizar a cidadania para o acesso às leis criadas pelo Estado, que no cenário brasileiro não tratam suas especificidades, mas normatizam seus direitos, ao mesmo tempo que utilizam das normativas supranacionais para proteção e valorização de suas culturas e dos seus direitos específicos, construindo assim um caminho próprio de proteção e valorização dos seus modos de ser e viver. Portanto, quando falamos da educação escolar como ferramenta para a construção cidadã, temos que estar cientes da transformação de muitos conceitos que vão na contramão do respeito à pluralidade cultural e à sociodiversidade. Somente haverá, de fato, uma valorização da cultura dos povos originários por parte dos não-indígenas, quando estes passarem a entendê-los como parte da sociedade presente e ao se reconhecer as dificuldades que estes coletivos enfrentam estando inseridos na sociedade brasileira.

O primeiro desafio é repensar a ideia de escola, abandonando o conceito tradicional de espaço de reprodução de conhecimento e percebendo como possibilidade de compartilhamento de saberes e de respeito à diversidade. A escola deve ser um território dos direitos humanos contra hegemônicos, um lugar que as diferenças são respeitadas e as demais desigualdades são combatidas. (...) Nesta perspectiva, a escola passa a praticar outras formas de conceber a educação e de ensino comprometidos com os respeitos à pluralidade e sociodiversidade, logo, outras formas das relações pessoais, de avaliação, de gestão, reconhecendo as diferenças sociais, culturais, econômicas e políticas. Para que tal perspectiva seja vivenciada é preciso abolir as pedagogias tradicionais construídas sob a lógica doutrinatória e disciplinar. (MIRANDA, 2016, p. 93)

Desta forma como afirma Miranda, a escola deve se atualizar, trabalhando na construção de um local de respeito à pluralidade cultural e sociodiversidade, trazendo a temática dos povos indígenas de forma a entendê-los como parte do todo dentro da nação brasileira. Como afirma Munduruku (G1, 2019, s.p), a perspectiva da situação dos povos indígenas no atual governo não são as melhores, devido à ignorância principalmente por parte do presidente da república, que assume desconhecer qualquer assunto relacionado aos povos indígenas do país, o que ressalta a importância da atualização das instituições escolares, para garantia de um futuro com líderes mais conscientes das lutas sociais e demandas de todos os povos presentes no território brasileiro. Graúna (2011, p.236) ressalta que apesar da criação da Lei 11.645, de 2008, que dita o ensino da temática indígena em escolas, a capacitação de professores e a disponibilidade de materiais didáticos sobre a temática indígena são problemas a serem enfrentados ainda hoje.

Contudo, percebesse que tanto as medidas de autonomia em comunidades indígenas, através do indígena que assume um papel de protagonismo do patrimônio cultural de seu povo e as ações de conscientização com a atuação e parceria destes povos nas instituições escolares, são de fato o caminho mais promissor para uma valorização interna e externa dos povos originários no Brasil. Através do entendimento destes povos como parte importante do todo, estas lutas sociais, políticas e econômicas, não serão apenas dos autodeclarados indígenas, mas de toda a nação brasileira, unidos pela diversidade de culturas que tornam o país um lugar único e ao mesmo tempo diverso em riquezas culturais.

No próximo capítulo conheceremos um pouco mais sobre os remanescentes do povo Puri do distrito Padre Brito de Barbacena-MG, tombada como patrimônio imaterial de Barbacena, comunidade que se apresenta como foco da pesquisa aqui proposta. Em se tratando de uma comunidade indígena inserida em um contexto urbano/rural, a análise a seguir pretende verificar as demandas socioeconômicas e a configuração espacial da comunidade, relacionando estes aspectos ao atual cenário cultural que a comunidade Puri e Padre Brito como um todo apresenta.

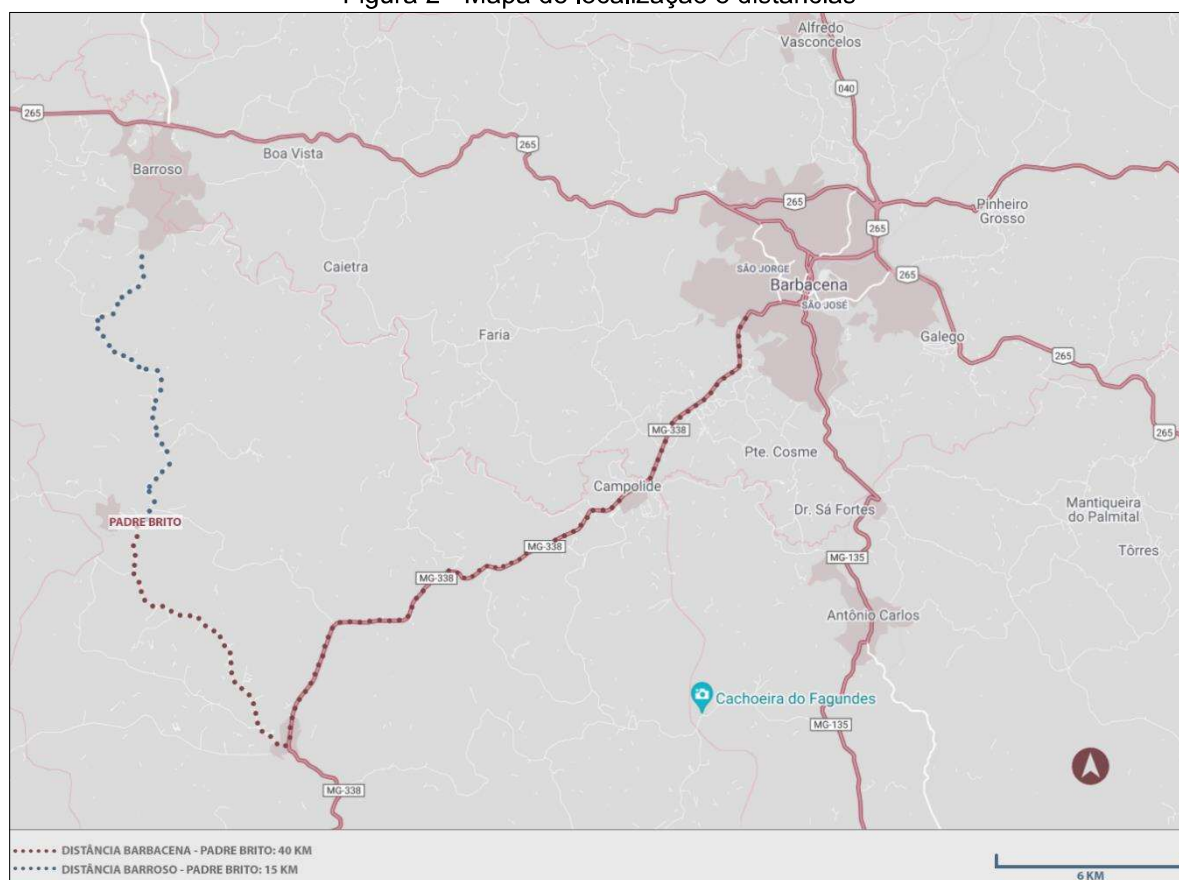
2 POVO PURI DE PADRE BRITO - PATRIMÔNIO IMATERIAL DE BARBACENA

Este capítulo se destina a contextualizar os remanescentes Puri de Padre Brito, no conjunto social onde estão inseridos e investigar/levantar dados sociais, culturais e espaciais da comunidade, com intuito de entender cada um desses cenários do distrito barbacenense.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

O corpo social analisado nessa pesquisa trata-se de uma comunidade de remanescentes da etnia Puri, inseridos em um contexto urbano/rural, no distrito de Padre Brito de Barbacena – MG. A Figura 2 mostra o mapa com a localização de Padre Brito:

Figura 2 - Mapa de localização e distâncias



Fonte: Elaborado pela autora

O povo Puri de Padre Brito integra a mais uma narrativa de indígenas inseridos em um contexto social cercado de moldes, que tem como objetivo fortalecer o processo de aculturação e “torná-los civilizados”. Como consequência eles praticamente tiveram sua existência escondida na história oficial, além do atual desconhecimento da sua presença por boa parte da população da região. Diante de ações recentes, por parte principalmente de entidades, como o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Artístico de Barbacena (COMPHA) e integrantes de movimentos ativos no cenário do patrimônio cultural do município, além do povo Puri de outras partes da região, esses indígenas buscam seu reconhecimento no contexto local como originários vivos e presentes.

Padre Brito se encontra atualmente em um cenário de estagnação econômica e social, que se dá pelo encerramento de muitas atividades que promoveram por um determinado período o desenvolvimento da região. Este estudo investiga/levanta dados sociais, culturais e espaciais da comunidade, com intuito de entender cada um destes aspectos atualmente, relacionando com o atual estado em que se encontra as heranças culturais do povo Puri de Padre Brito. Posteriormente, pretende-se traçar um panorama da situação para que possa ser possível inferir como o processo de re-existência da memória ancestral se apresenta nas dinâmicas da comunidade indígena, de Padre Brito e se elas se adequam à realidade dessa comunidade.

Dessa forma, o estudo aqui proposto tem como referência as seguintes fontes de pesquisas: o artigo "O Auge e a Decadência do Distrito Barbacenense de Padre Brito"¹, (2018) do arquiteto e urbanista Sérgio Cardoso Ayres; o estudo intitulado "Roteiro Etnográfico Comunidade Rural Indígena Dos Puri - Padre Brito/Barbacena/Minas Gerais"² (2018) do antropólogo e historiador Ângelo José Sátyro De Souza; o Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico das Populações Negra e Indígena de Barbacena – 2016³, encomendado pelo Município de Barbacena;

¹ Manuscrito apresentado no processo seletivo 2017-2018 para o ingresso no doutorado de história da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFSJ) – disponível no acervo pessoal do autor.

² Roteiro enviado à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para auxiliar no reconhecimento pelo estado brasileiro da comunidade indígena dos Purí de Padre Brito em Barbacena, Minas Gerais – disponível no acervo da prefeitura de Barbacena.

³ Instituto Cultural Primeiro Quilombo. Coordenador e Relator: Ângelo José Sátyro De Souza - disponível no acervo da prefeitura de Barbacena.

conversa com integrantes da Associação Regional Remanescente de Índios Puri de Padre Brito, agentes públicos de saúde, indígenas da etnia Puri, alguns moradores locais e das regiões próximas; e a visita de campo feita no dia 13 de maio de 2021. Devido à pandemia do COVID-19, reuniões e conversas com moradores locais ficaram limitadas, portanto, foi necessário eleger representantes da comunidade para verificação e atualização dos dados encontrados.

2.2 PROCESSOS HISTÓRICOS

Este item se destina a analisar os processos históricos e contextualizar os remanescentes indígenas Puri do distrito de Padre Brito no conjunto social onde estão inseridos, no período colonial e pós-colonial. Para o desenvolvimento deste capítulo servirão como principais fontes de consulta bibliográfica trabalhos (AYRES, 2018; SOUZA, 2018) desenvolvidos por pesquisadores da região que acompanharam o processo de etnogênese dos Puri de Padre Brito, além da consulta de documentos oficiais que relatam fatos históricos da região.

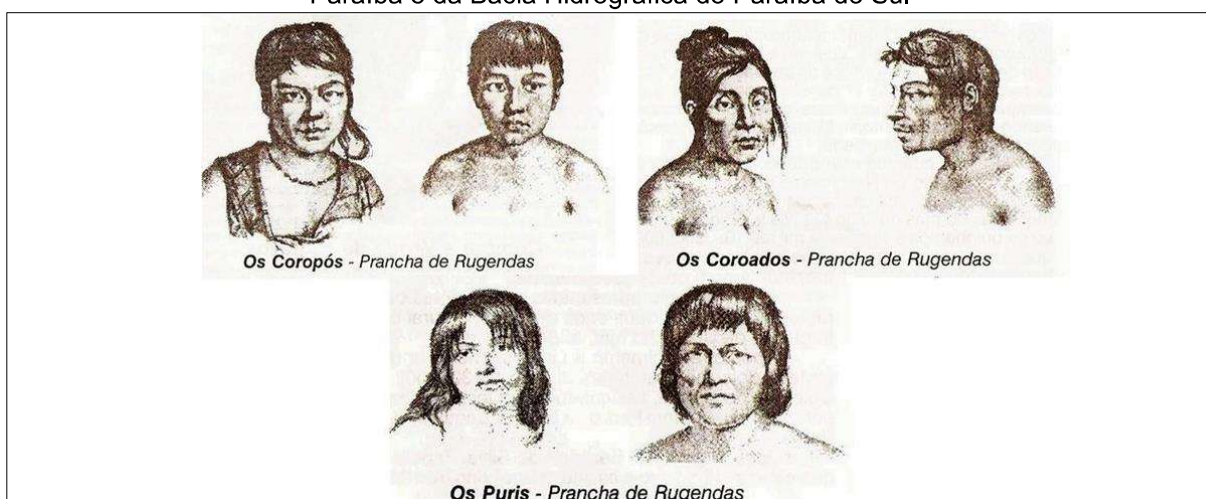
2.2.1 Período colonial

Analisar o processo histórico dos remanescentes Puri de Padre Brito no período colonial é mais que rememorar os passos de sua chegada até o contexto social em que estão inseridos atualmente. Esta análise significa reconstruir o início da formação histórica de Barbacena, contestando o esquecimento dos povos indígenas da região realizada a partir da afirmação de seu desaparecimento, como alegam algumas fontes de pesquisas encontradas.

Os Puri têm descendência dos Goytacazes, grupos que fazem parte do tronco linguístico macro-jê e que habitavam inicialmente as regiões do Vale do Paraíba e da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul. Na tentativa de evitar o confronto com as bandeiras que adentravam o interior das regiões mais centrais ao sul do território brasileiro no século XVIII, os Puri seguiram o curso dos rios Pomba e Muriaé que percorrem os territórios onde se encontram hoje os estados do Rio de Janeiro e Minas

Gerais, alcançando as regiões conhecidas como Zona da Mata e a região do Campo das Vertentes, que engloba três microrregiões: Lavras, São João Del Rei e Barbacena (SOUZA, 2018, p.10), sendo que esta última é onde se encontram os Puri de Padre Brito. A etnia Puri não era a única etnia a habitar esses territórios, também podia se encontrar nessa região os Goitacá, os Guarulho e os Coropó, todos pertencentes ao tronco linguístico macro-jê (Fig. 3). Como apontam alguns registros históricos, esses indígenas foram os primeiros habitantes do Campo das Vertentes e Zona da Mata. E, ao chegarem a esta região, segundo Pachamama (2020), espalharam-se por todo território em busca de uma maior chance de sobrevivência. Os indígenas, que inicialmente habitam uma grande região do Vale do Paraíba por volta do período de setecentos, distinguem-se dos indígenas das regiões litorâneas do país, já que, além de fazerem parte de um tronco linguístico diferente, o Tupi, ocupam uma região com formação geológica também diferente das ocupadas pelos Goytacazes e seus descendentes, portanto, se diferenciam em muitos aspectos, tanto físicos quanto culturais.

Figura 3 - Imagem retratando as características dos indígenas que habitavam a regiões do Vale do Paraíba e da Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul



Fonte: (SOUZA, 2018, p. 23)

Para entender melhor como se dá a dispersão, a chegada e a colonização dos povos indígenas na região do Campo das vertentes precisamos retomar os processos da exploração do ouro em Minas Gerais. A chegada dos bandeirantes na região do Campo das Vertentes intercorre da abertura do chamado Caminho Novo, que foi determinante para o desenvolvimento de diversas expedições que deram início ao Ciclo do Ouro no século XIII. Destas numerosas expedições resultam a formação de

duas fazendas muito importantes para constituição de Barbacena e região, que são a Fazenda do Registro e a Fazenda Borda do Campo (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBACENA, 2015, s.p).

Em 1698 o Capitão Garcia Rodrigues Paes, filho do bandeirante Fernão Dias Paes, traça uma rota mais curta entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBACENA, 2015, s.p). Esse marco histórico dá origem a uma nucleação colonial que se situa entre os encontros do Caminho Velho, que parte de São Paulo, sendo esse a rota mais antiga de exploração do ouro no interior do país; o Caminho Novo (Fig. 4), que parte do Rio de Janeiro, configurando uma rota menor; e posteriormente também a Estrada Real, que se desdobra do caminho novo.

Figura 4 - Mapa Caminho Novo - Rio de Janeiro/Ouro Preto



Fonte: (SOUZA, 2018, p. 4)

Sária Trindade Souza, presidente da Associação Regional Remanescente de Índios Puri de Padre Brito e indígena da etnia Puri, afirma que “Barbacena foi construída em cima de nossa história” (TOZZI, 2018, p. s.p). No texto da “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Barbacena/MG” (1958, p. 136), afirma-se que “Barbacena teve por origem uma pequena aldeia de índios Puris, firmada por jesuítas junto às cabeceiras do rio das Mortes, no sítio então denominado, pelas primeiras bandeiras que penetraram no território das Minas Gerais e Borda do

Campo." Esse registro confirma o que Sária diz a respeito da história contada sobre o seu povo. A existência dos Puri na história oficial de Barbacena se encerra nesses relatos do surgimento da fazenda da Borda do Campo e pode-se dizer que quase nada mais de relevante é enfatizado sobre os Puri na constituição da formação histórica de Barbacena. Vale lembrar que a Fazenda Borda do Campo é uma propriedade formada por meio dos processos colonizatórios bandeirantes, que como ação comum a estas expedições, traziam consigo os Jesuítas membros de ordem da religião católica, que acabavam por catequizar os indígenas presentes no território.

Embora, como relata Souza (2018, p. 9), existam documentos que afirmam a presença dos Puri nas localidades supracitadas, os documentos historiográficos mineiros ditam outros processos. Além da participação desses indígenas na história oficial de Barbacena e região finalizar com o surgimento da fazenda Borda do Campo, como consta na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, a Prefeitura Municipal de Barbacena confirma a extinção desses povos indígenas através de seu site oficial discorrendo que "Artefatos arqueológicos ainda hoje são encontrados na região. Nada mais restou deles." (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBACENA, 2015, p. s.p). Souza (2018, p. 5) destaca, tanto nos registros do IBGE, quanto nos documentos da prefeitura Municipal de Barbacena, as afirmações de desaparecimentos dos Puri desta região como sendo um processo de etnocídio, muito recorrente em documentos historiográficos mineiros, o que contribui para o apagamento da identidade desses povos, negando a sua presença na constituição da sua história e cultura até os dias atuais.

Apesar de muitas fontes confirmarem a extinção destes povos, a verdade é que estes indígenas estão vivos e presentes nos vários contextos sociais onde foram inseridos, disseminados por todo território do Campo das Vertentes e Zona da Mata. A decisão de se dispersarem, em uma tentativa de aumentarem as suas chances de sobrevivência, configuram a formação de seus grupos sociais nos dias de hoje, sendo que ao invés de possuírem grandes ou pequenas aldeias, quase sempre estão inseridos em contextos sociais urbanos e rurais, sendo definido por eles como sua aldeia todo o território da Serra da Mantiqueira, como afirma Pachamama (2020), indígena do povo Puri.

Como destaca Souza (2018, p. 21), apesar das fontes oficiais mostrarem o contrário, estudos apontam que estes povos não desapareceram de Barbacena e região e, pelo contrário, que eles sobreviveram e continuam presentes desde o século XVIII até os dias atuais. Prova disso é o processo de etnogênese de muitos indígenas destas regiões, como os próprios Puri de Padre Brito, que se autodeclaram indígenas no ano de 2018, por meio da normativa 169 da OIT, que garante a autodeterminação desses povos.

Remontar essa narrativa tendo a compreensão da participação indígena na história de Minas Gerais é um processo muito importante para a valoração da presença dessas culturas na região. O cenário de omissão de informações faz parte de um pensamento da colonialidade, empregado no passado e perpetuado no presente. A omissão desses povos nas narrativas históricas expressa a continuação do processo de diluição de sua existência no contexto hegemônico branco, processo esse que se inicia por meio da catequização desses povos. Como cita Vitória Fernanda Schettini de Andrade (2009), muitos eram os interesses nas terras sem fronteira e “sem donos” e a catequização seria então um mecanismo de defesa aos povos que já vivam nestas terras:

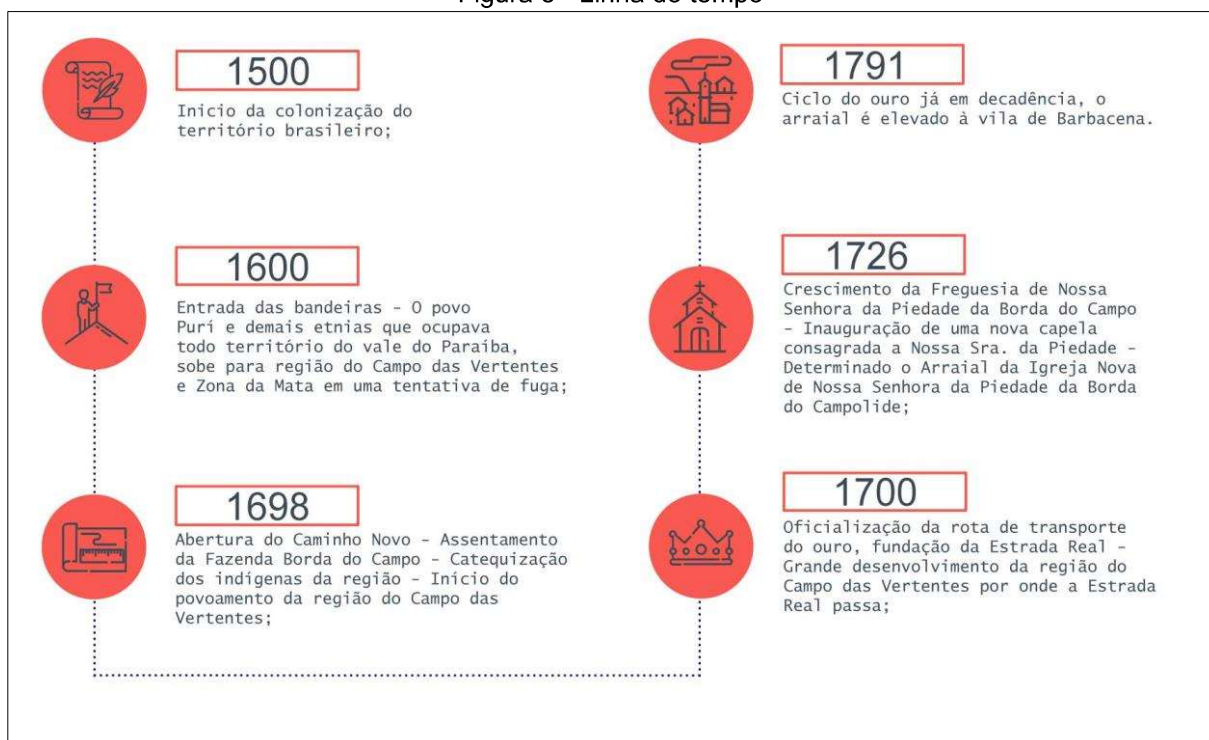
Até 1755, durante o período jesuítico, as medidas legais foram para isolar os locais de residência proibindo os brancos de morarem nas aldeias com o objetivo de integrar o índio ao processo civilizador, ficando os padres como tutores dos índios, constituindo em agentes diretos do Estado. Os jesuítas queriam fazer do índio um agricultor religioso e obediente à Igreja. (ANDRADE, 2009, p. 4)

A catequização se tornou uma campanha para a diluição da cultura indígena na sociedade branca, atitude comum nas normativas indigenistas daquele momento, que mantinha os indígenas sob controle, evitando que se rebelassem. Obviamente esta ação foi a principal responsável pela tentativa de apagamento da cultura destes povos, já que naquele momento suas culturas eram vistas como primitivas, inferiores e ultrapassadas, em nada contribuindo com o conhecimento dos brancos, sendo que a perpetuação desse pensamento até os dias atuais é um dos principais causadores da desvalorização dessas culturas (QUIJANO, 2009). Também é importante lembrar que os conflitos entre os indígenas que resistiam à imposição do novo padrão de vida estabelecido por estes colonizadores resultaram na quase extinção de sua existência, sucedendo em milhares de vidas indígenas tiradas. Além disso, a tentativa de inserção

dos povos indígenas na sociedade branca acaba propiciando a disseminação de doenças nestas comunidades, que também resulta em muitas mortes prematuras. O primeiro domínio dos indígenas é feito pela Igreja e posteriormente passa-se essa tutela ao Estado, mas o objetivo acaba sendo o mesmo: o domínio por meio da catequização desses povos. A atitude de diluição dessas culturas, o discurso da cultura branca superior e a visão destes povos como primitivos em muito se contradiz, já que ensinamentos milenares gerados através da relação desses povos com a floresta são primordiais na sobrevivência dos imigrantes que chegam e até mesmo no sucesso das expedições exploratórias no território brasileiro, como afirma Pachamama (2020).

Construindo uma linha do tempo, dos eventos ocorrido no período colonial, pode se ressaltar os seguintes marcos históricos como mostra a Figura 5 abaixo:

Figura 5 - Linha do tempo



Fonte: Elaborado pela autora

Em poucas palavras, pode-se dizer que os remanescentes Puri de Padre Brito são mais um exemplo do movimento de re-existência e etnogênese dos povos indígenas que se encontram na região de Minas Gerais. Estes povos ainda enfrentam o esquecimento que persiste nos documentos oficiais, que ainda afirmam sua extinção no território mineiro, e esse é basicamente o cenário retratado pelos registros do

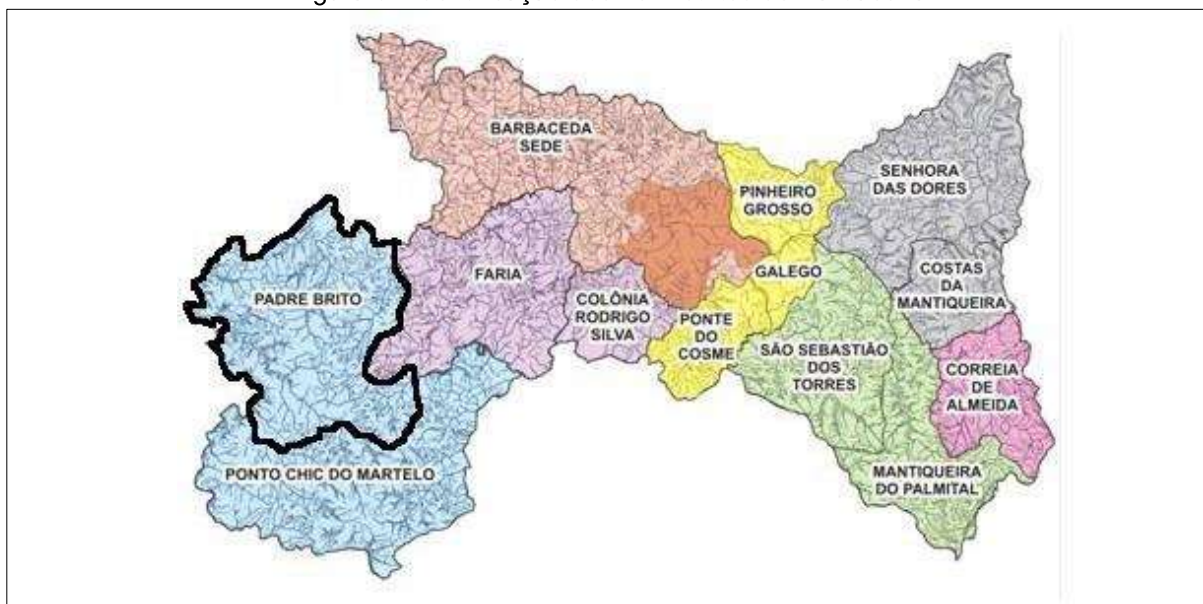
período colonial. Vale lembrar que isto ocorre não só com indígenas em Minas Gerais, mas também em muitos outros locais do Brasil.

2.2.2 Período pós-colonial

Barbacena surge, então, do aldeamento de indígenas feito pelos jesuítas e do desenvolvimento da região com a criação da nova rota de escoamento do ouro, que passa pela região do Campo das Vertentes, onde se insere também o distrito hoje conhecido como Padre Brito. Com o crescimento da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, surge a demanda de um novo espaço geográfico para o desenvolvimento da comunidade. É então inaugurada uma nova capela consagrada a Nossa Sra. da Piedade em 1726, que se desdobra no surgimento do Arraial da Igreja Nova de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campolide, que posteriormente é elevado a Vila de Barbacena, em 1791. No ano de 1840, através da Lei Provincial nº. 163, Barbacena é elevada a cidade, e 75 anos depois, Padre Brito, que inicialmente era denominado como Ilhéus, torna-se distrito de Barbacena.

Como contextualiza Ayres (2018, f. 2), inicialmente o distrito de Padre Brito foi uma pequena freguesia, que integrava a freguesia de Barroso, mas que posteriormente acaba se anexando à freguesia de Santo Antônio de Ibertioga, em 1880, pela Lei Provincial Nº 2.701. Em 1915 a pequena freguesia se eleva a distrito, a partir da criação da Lei Estadual Nº 663. A conformação do território desse novo distrito, então Ilhéus, se dá pelo desmembramento de parte do então distrito de Ibertioga e do município de Barbacena, portanto Ilhéus passa a ser anexado ao município de Barbacena. Em 1923, através da Lei Estadual Nº 843, o distrito de Ilhéus altera seu nome para Padre Brito, em homenagem ao Padre Joaquim Camilo de Brito, vigário do município de Barbacena até o ano de 1839, que se destacou na história ao renunciar a batina e marcar sua trajetória na defesa dos ideais republicanos.

Figura 6 - Identificação dos 13 Distritos de Barbacena



Fonte: (SOUZA, 2018, p. 7)

O distrito de Padre Brito, que fica localizado a 38 km do município de Barbacena, possui três marcos em sua história, pontuados por Ayres (2018, f. 2). O primeiro é a chegada dos indígenas da etnia Puri na região; o segundo marco é o período de desenvolvimento econômico e social no século XIX; e o último, o declínio e a estagnação econômica no início de XXI. A seguir entenderemos como se dão esses marcos históricos, e, posteriormente, nos dimensionaremos os seus efeitos na situação econômica e social do distrito de Padre Brito nos dias atuais.

O primeiro marco histórico ao qual iremos discorrer é a presença de indígenas da etnia Puri no distrito de Padre Brito. Como já foi pontuado acima, o começo da história da formação de toda região do Campo das Vertentes se dá no aldeamento e catequese desses indígenas feitos pelos jesuítas. No relato contado por Souza (2018, p.18), um dos pontos destacados na visita de campo feita a Padre Brito, é sua conformação territorial, sendo este um típico formato de aldeamento, com a igreja localizada no centro e as casas à sua volta. Ainda nesse relato, o pesquisador conta (SOUZA, 2018, pp.18 - 20) sobre sua conversa com Dona Geni, indígena do povo Puri e figura matriarca de Padre Brito, na qual ela conta como foi a trajetória da chegada de sua família até o local. Segundo ela, seus pais tinham o costume de se mudar muitas vezes, pois seu pai gostava de viver na mata, e depois de muito se mudarem, estabeleceram-se em Padre Brito há cerca de 50 anos. Dona Geni também

conta que seus pais trabalhavam para os fazendeiros da região, sempre no plantio e colheita, e demonstravam habilidades no cultivo de vários tipos de alimentos. Foi assim que conseguiram comprar casas e terrenos no local. Vale ressaltar aqui que o costume de moradia temporária é muito comum ao povo Puri, já que em um primeiro momento o hábito nômade era muito praticado entre o povo dessa etnia, mas com a mudança dos padrões das dinâmicas de vivência estabelecidas pelos dominadores, muitos indígenas começaram a aderir a formas de moradia fixa, sendo o adobe e a taipa de pilão as principais técnicas construtivas assimiladas por eles. Nesse relato, Dona Geni conta também que as manifestações dos costumes de seu povo eram quase sempre motivo de chacota no local, e que esse é o motivo do abandono da prática de muitos ensinamentos passados por seus pais a ela e a seus irmãos.

O segundo marco histórico importante a ser analisado é o período de desenvolvimento econômico e social do distrito de Padre Brito. O pesquisador Ayres (2018) destaca três episódios importantes que resultam nesse desenvolvimento: a instalação da linha ferroviária, a criação de um cartório de notas e ofício e a implantação de uma usina hidroelétrica.

Em 1880 é inaugurada a ferrovia denominada Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM), ligando as estações de Sítio em Antônio Carlos e Barroso, passando no local onde hoje está situado o distrito Padre Brito, com uma parada para passageiros e para o transporte do leite produzido na região, que se conecta posteriormente também a São João Del Rei. A ferrovia foi uma importante contribuição para o desenvolvimento de diversas regiões de Minas Gerais, e com a região do Campo das Vertentes não foi diferente. Em 1923 foi inaugurada a Estação Ferroviária de Campolide, que liga as linhas da EFOM, que partiam da Estação Ferroviária de Sítio e Estação do município de Antônio Carlos à Estação de Barbacena. A linha foi desativada em 1983, sendo parte dela retirada. Em Padre Brito nem mesmo o prédio da Estação Ferroviária resistiu à desativação da linha férrea, restando atualmente somente as lembranças do que um dia esse marco representou na história da região.

O segundo episódio de relevância historiográfica a ser citado é a criação do Registro Civil e Tabelionato de Notas de Ilhéus, inaugurado em 1890, antes mesmo do local receber o título de distrito de Barbacena, o que demonstra a relevância política do local naquela época. O cartório proporcionou status administrativo para o distrito

dentro do contexto regional onde está inserido e se mantem em funcionamento até os dias atuais. Hoje com o nome de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Padre Brito, seu acervo documental é registrado atualmente como patrimônio cultural de Barbacena, completando 131 anos em 2021.

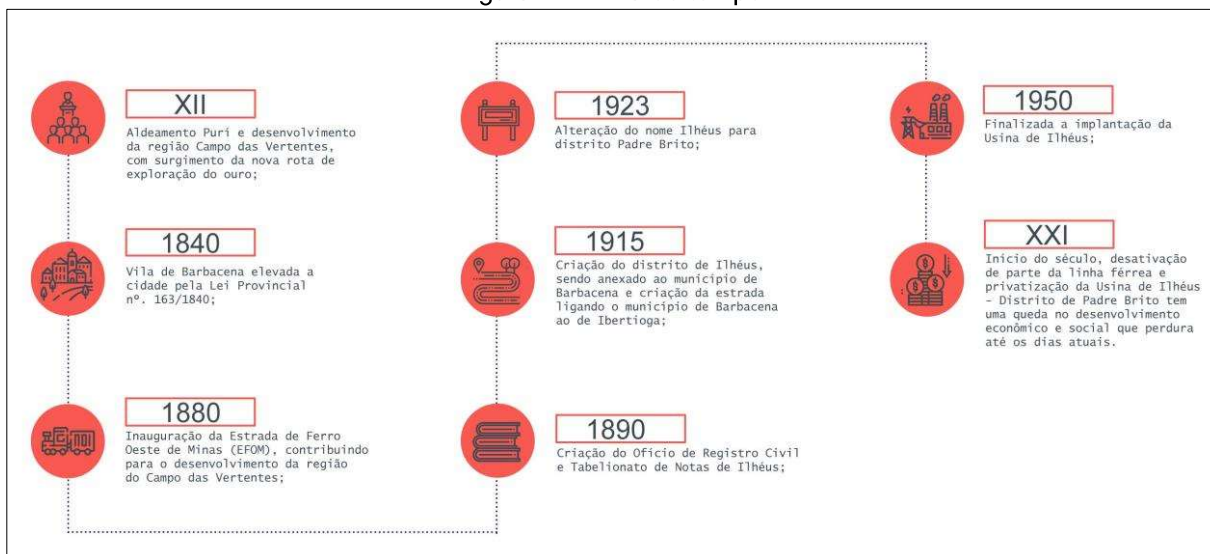
O terceiro fato de destaque deste período se refere à implantação da Usina de Ilhéus, que foi responsável pelo fornecimento de energia ao município de Barbacena até o ano de 1960. Atualmente a usina pertence ao setor privado. A construção da estrada que liga Ibertioga a Barbacena, em 1915, a hoje denominada MG-338, também trouxe grande desenvolvimento para região, que até então fazia o transporte da produção de leite somente pela linha férrea.

Estes aspectos aqui reunidos, marcam um estágio relevante de desenvolvimento econômico e social do distrito de Padre Brito, que transformou a história do distrito. Mas com o encerramento dessas atividades, a comunidade hoje apresenta problemas estruturais, tanto urbanos, quanto econômicos e sociais, além da persistente problemática da situação cultural do povo originário do local.

Hoje o distrito de Padre Brito se destaca pelo seu conjunto de bens tombados, sendo estes: a Igreja de São José de Botas, o acervo de documentação do Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas e a antiga residência do coronel Abel Moreira Campos. A deterioração dos bens de natureza tangível também é outro fato apontado por Ayres (2018).

Construindo uma linha do tempo, dos eventos ocorrido no período pós-colonial, pode der ressaltar os seguintes marcos históricos como mostra a Figura 7 abaixo:

Figura 7 - Linha do tempo



Fonte: Elaborado pela autora

Com cerca de 600 habitantes atualmente, Padre Brito passou por diferentes processos no período pós-colonial, que mudaram algumas vezes seu quadro social, econômico e cultural. No próximo item será analisado mais profundamente a situação socioeconômica atual do distrito, reunindo informações com o objetivo de criar um panorama de como o distrito se apresenta atualmente no contexto regional onde está inserido.

2.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A averiguação do quadro socioeconômico de Padre Brito caracteriza o atual cenário onde a comunidade Puri se encontra, portanto nos dá informações de como é o seu modo de vida atualmente. Estes dados juntamente com a situação cultural e análise espacial da comunidade, que será feito posteriormente, nos fornecerá uma perspectiva desse patrimônio imaterial.

O Diagnóstico Socioeconômico e Demográfico das Populações Negra e Indígena De Barbacena - 2016 feito em Padre Brito, reúne informações do quadro socioeconômico do distrito, através de 99 entrevistas em um total de 70 residências averiguadas. Dos entrevistados, 43,9% dos moradores se declaram indígenas da etnia Puri, 17,3% brancos e 38,8% afrodescendentes, sendo 29,3% homens e 70,7% mulheres. Além disso, para confirmação e atualização dos dados socioeconômicos

contidos no diagnóstico feito no ano de 2016, conversas com representantes da comunidade serviram como base de consulta de dados para este estudo.

O diagnóstico aponta que a formação familiar do local está em torno de quatro pessoas, com uma renda de um salário-mínimo por família. Os dados colhidos sobre a fonte de renda dentre as opções de trabalhos presentes no local, demonstra a lavoura e o trabalho rural com maior porcentagem de exercício profissional, sendo que ao serem indagados sobre sua classe de trabalho, 51,52% dos moradores não responderam e 60% responderam estar desempregados, levando a entender que a maior parte dos moradores não possui emprego formalizado. Segundo a presidente da associação Puri, em uma conversa informal, as mulheres da comunidade exercem em maioria o papel de chefes de família, assumindo a responsabilidade pela renda familiar, na maior parte dos casos através do trabalho em lavouras e trabalho rural.

Em relação aos equipamentos urbanos, também em conversa com alguns moradores durante a visita de campo ao local e com a presidente da associação Puri, foram verificados que Padre Brito possui transporte público que atende a comunidade apenas em dois horários do dia, e, segundo os moradores do local, em horários que não estão de acordo com a necessidade dos mesmos. Quanto ao lazer, a comunidade possui um campo de futebol e uma quadra de vôlei improvisada pelos próprios moradores na única praça do distrito, conforme mostra a Figura 8:

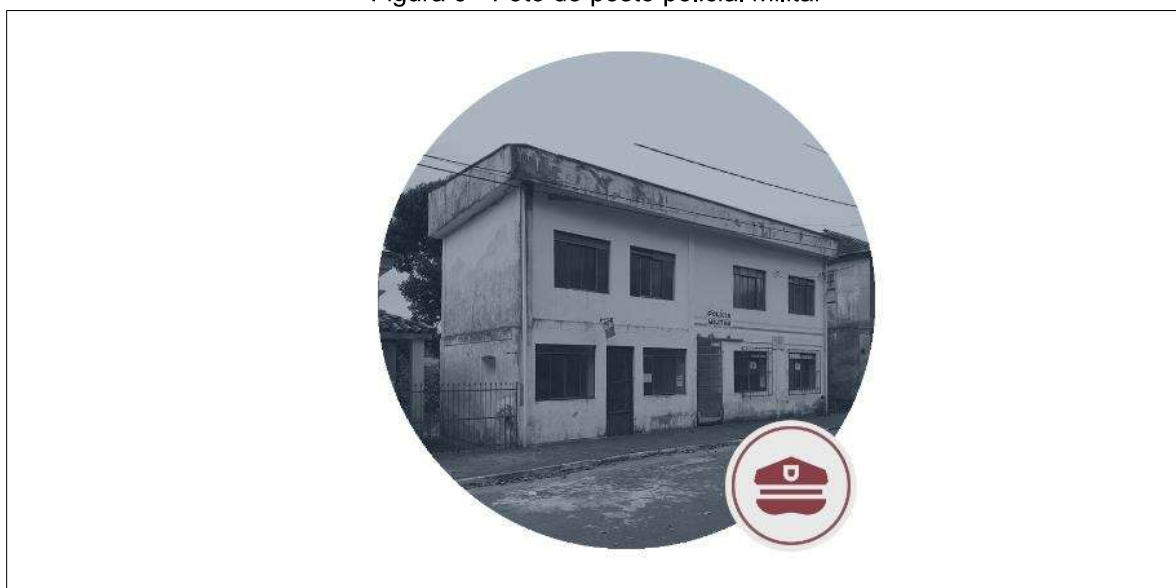
Figura 8 - Fotos do campo de futebol e quadra de vôlei respectivamente



Fonte: Elaborado pela autora

O local também possui iluminação pública, que se apresenta satisfatória, segundo os moradores. O único sistema de comunicação presente é o sinal de celular, que chega à comunidade apesar de um pouco instável, e o acesso à internet também é feito através das companhias telefônicas. Quanto à segurança pública, apesar de possuir um posto policial, os moradores dizem não haver atualmente policiamento no local. A Figura 9 mostra o posto policial a seguir:

Figura 9 - Foto do posto policial militar



Fonte: Elaborado pela autora

Com relação ao abastecimento do distrito, o local possui um mercado e uma padaria. Não há feiras nem um posto de combustível para abastecimento de veículos. No setor administrativo, o distrito possui o Ofício de Registro Civil e Tabelionato de Notas de Padre Brito. Há também a Sociedade São Vicente de Paula (SSPV), que faz um trabalho de assistência social na comunidade. A ilustração a seguir (Fig.10 e 11), mostra algumas fotografias dos locais citados:

Figura 10 – Fotos da padaria e mercado respectivamente



Fonte: Elaborado pela autora

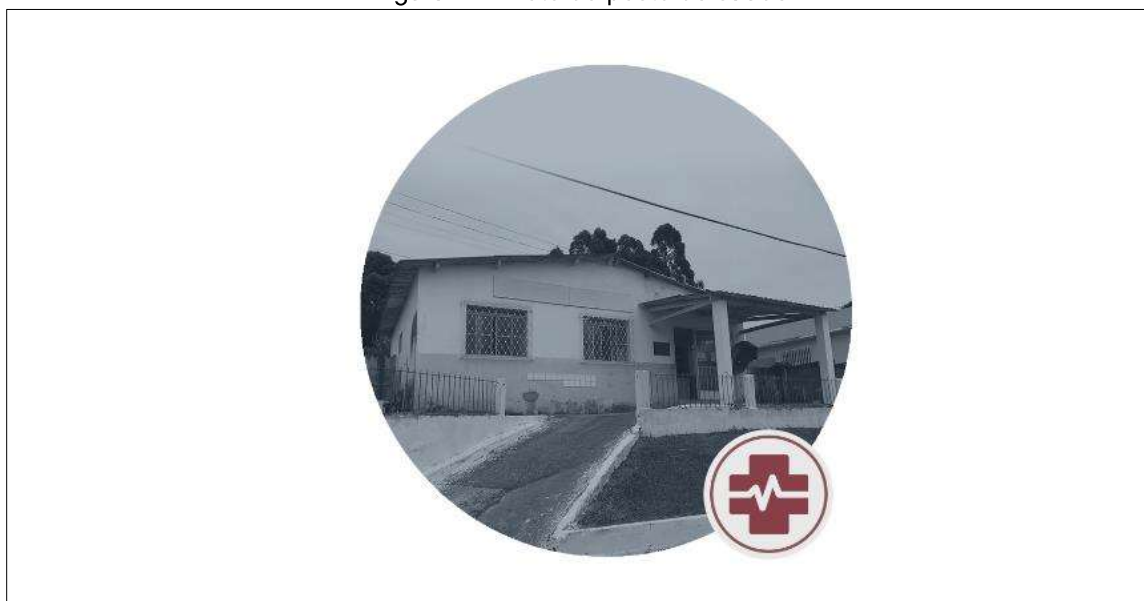
Figura 11 – Fotos da SSVP e cartório respectivamente



Fonte: Elaborado pela autora

Sobre os equipamentos de saúde pública, Padre Brito possui um posto de saúde, que, segundo os moradores, atende muito bem à população, mas quando é preciso acessar algum hospital é necessário fazer um deslocamento à sede do município. Os moradores relatam que quando precisam acessar hospitais e consultórios médicos, Barbacena é uma das opções, mas que devido à proximidade e melhor condição da estrada de acesso, o município de Barroso se torna mais viável e atrativo. A Figura 12 mostra o local onde funciona o posto de saúde:

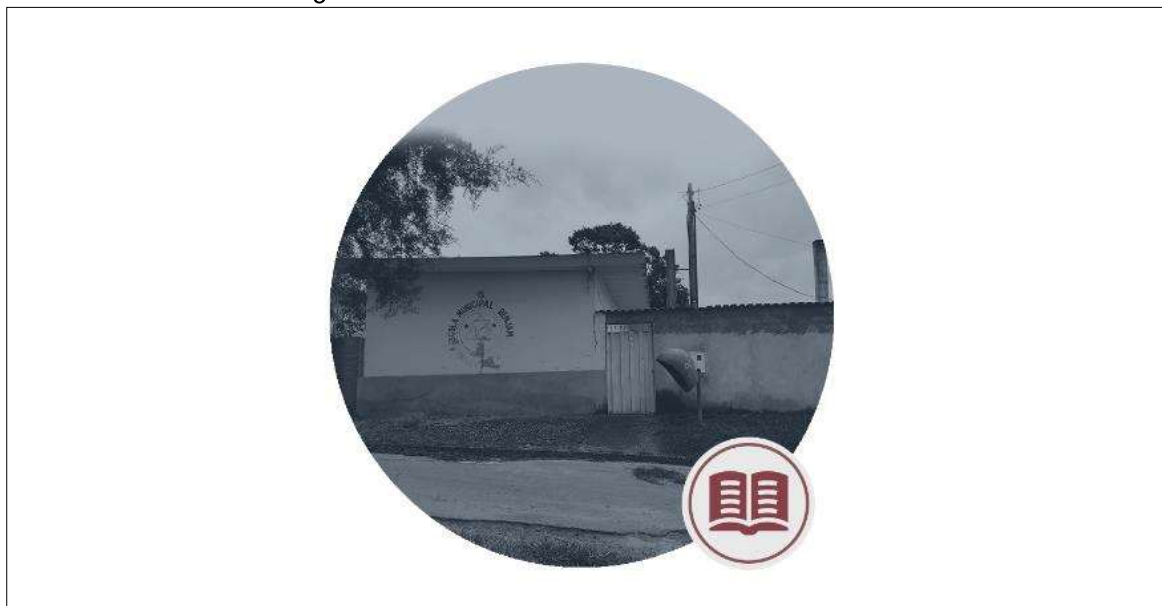
Figura 12 - Foto do posto de saúde



Fonte: Elaborado pela autora

Em relação à educação, apesar de o diagnóstico feito em 2016 constatar que a comunidade possui uma escola, atualmente a mesma se encontra desativada devido ao processo de nucleação feito pelo Município, que determinou a escola de Ponto Chique do Martelo como a única escola municipal a atender a região. Por esse motivo, as crianças de Padre Brito hoje se deslocam de van cerca de 11 km até a escola de Ponto Chique do Martelo. Com a estrada sem pavimentação, os moradores relatam a dificuldade de acesso e a condição insatisfatória em que se encontra o veículo cedido para o transporte dos estudantes. A Figura 13 mostra a foto do local onde funcionava a escola:

Figura 13 - Foto do local onde funcionava a escola



Fonte: Elaborado pela autora

O diagnóstico analisado e a conversa com representantes da comunidade demonstram que a estagnação socioeconômica de Padre Brito permanece atualmente, sendo que ainda hoje o local sofre principalmente com a falta de infraestrutura e opções de rendas melhores. Os moradores relatam que esta situação faz com que, principalmente os jovens da comunidade, busquem fora melhores oportunidades de trabalho e condições de vida, por não vislumbrarem perspectivas de alteração do quadro socioeconômico do distrito.

A inexistência de mudança desse cenário, que demonstra se agravar com o desativamento da escola do local ou até mesmo a falta de policiamento, mostra que de fato a comunidade não possui uma relevância enquanto economia ou até mesmo coletivo que gere interesse ou uma pressão política que promova a mudança dessa situação por parte do Município. Outro fato a ser constatado é o crescimento exponencial da sede de Barbacena ao longo dos anos, que gera cada vez mais demandas socioeconômicas no município, o que pode agravar a situação socioeconômica dos distritos, devido à incapacidade do município de atender todas as demandas dos seus limites territoriais.

2.4 ASPECTOS CULTURAIS

O povo Puri que se encontra por todo território da Zona da Mata e Campo das Vertentes, assim como muitas outras etnias do país, sofreram processos intensos e contínuos de aculturação. Seus costumes, crenças e principalmente a língua do povo Puri foram muito afetados, com os indígenas obrigados a falar o idioma de outra etnia para se comunicar com os seus dominadores. É este quadro de esquecimento da memória ancestral do povo Puri de Padre Brito que iremos entender nessa análise.

Padre Brito possui hoje um conjunto significativo de bens patrimoniais. Mas para o estudo aqui proposto, focaremos nos remanescentes Puri, registrados como patrimônio imaterial de Barbacena através do Decreto Municipal nº 7.937/2016, e foco deste trabalho. Posteriormente, relacionaremos a sua presença no contexto do distrito.

Ao analisar o quadro geral da situação cultural da comunidade Puri, podemos constatar que o movimento de re-existência da memória ancestral já foi iniciado, podendo ser identificado na etnogênese desse povo ao se autodeclararem indígenas e na busca pelo seu reconhecimento como um povo originário na região em que vivem.

As ações de re-existência da memória ancestral identificadas atualmente na comunidade Puri de Padre Brito são (Souza, 2018):

- 1) Reconhecimento como patrimônio cultural de Barbacena - 2016;
- 2) Fundação da "Associação Regional da Comunidade Remanescente de Índios Puri de Padre Brito" – 2016, representando indígenas da etnia Puri de Barbacena, Barroso, Ibertioga, Santa Rita de Ibitipoca, Antônio Carlos e Santana do Garambéu;
- 3) Criação da Festa Gastronômica Indígena Puri – 2017 e inclusão do festival no calendário oficial de eventos do Município de Barbacena como "Festival Indígena de Padre Brito";
- 4) Autorreconhecimento como indígenas da etnia Puri – 2018.

De conhecimento sobre os saberes ancestrais de seu povo, para os Puri de Padre Brito restaram poucos costumes e crenças. Nos relatos contido no “Roteiro

Etnográfico Comunidade Rural Indígena Dos Puri Padre Brito/Barbacena/Minas Gerais e em conversa com representantes Puri, nota-se que as memórias mais preservadas são as relacionadas à gastronomia e aos conhecimentos sobre ervas e plantas com propriedades medicinais. Os Puri também assimilaram a técnica de fabricação e construção com adobe, que hoje integra um saber cultural da comunidade do distrito como um todo (Item 2.5, Fig. 17 e 18).

Vez ou outra a comunidade recebe visitas de Puri de outros lugares da região, com esse compartilhamento de saberes com outros povos da mesma etnia constituindo um aspecto de extrema importância no processo de rememoração das heranças culturais de seu povo. É, inclusive, um fato muito interessante de ser constatado, que atualmente o povo Puri de várias regiões está se unindo com o intuito de rememorar a sua cultura e até mesmo a sua língua, o que contribui muito para o fortalecimento, visibilização e, conseqüentemente, uma valorização da presença dessa etnia em um contexto mais amplo.

A autodeclaração como indígenas, a determinação deste coletivo como patrimônio imaterial de Barbacena, a criação da associação e do festival demonstram o início de uma consciência do valor cultural que o povo Puri representa para a região. Como vimos no capítulo 1 sobre formas de valorização, é muito importante que a consciência interna e externa seja articulada, através do exercício autônomo da comunidade indígena na gestão da cultura de seu povo, para que haja um real entendimento deste valor tanto interno, por parte da comunidade indígena, quanto externo, por parte dos contextos sociais em sua volta. Nesse sentido, é preocupante constatar a desativação da escola do local, visto que a contribuição da educação, principalmente no fornecimento de uma dinâmica específicas para as crianças indígenas da comunidade, se mostra tão importante no processo de valorização e re-existência da memória ancestral da cultura indígena.

Segundo a presidente da associação Puri, ainda existe no local uma desunião coletiva, que se dá pelo preconceito interno e externo em relação à presença dos povos indígenas nesta região, com esta situação resultando em uma divisão interna na comunidade. Esta realidade demonstra que, apesar das ações de re-existência da memória ancestral terem iniciado, ainda existe um longo caminho a ser percorrido. Outro fator que provoca desânimo na comunidade em seu processo de rememoração

e valorização de suas heranças culturais é a ausência de apoio do Município em suas demandas socioeconômicas.

Como foi apontado no início desta análise, Padre Brito possui um conjunto de bens patrimoniais relevantes. Dentre esses bens, os de natureza tangível-sofrem com a degradação do tempo e do esquecimento do local, como afirma Ayres (2018), o que demonstra um cenário de desvalorização geral do patrimônio cultural do local. Em minha participação na pesquisa de iniciação científica “Rizoma: uma cidade em movimento”, concluída no ano de 2019, realizamos um levantamento com estudantes da rede pública e privada de Barbacena, que relacionou os efeitos da educação patrimonial nas dinâmicas das escolas do município. A pesquisa constatou que a falta de uma disciplina que integre a história local, cria uma quebra na identificação das pessoas com o espaço onde vivem. Tal fator resulta na falta de noção de pertencimento ao lugar onde vivemos e conseqüentemente na desvalorização do mesmo.

Relacionando os dados aqui obtidos e o embasamento teórico acerca do patrimônio cultural dos povos originários do país, com as constatações da pesquisa “Rizoma: uma cidade em movimento”, percebemos os mesmos caminhos para a valorização das heranças culturais presentes no país. Todos apontam a educação como base na construção de um olhar sobre estes patrimônios materiais e imateriais tão diversificados. A oferta do conhecimento da existência e importância dessas heranças culturais, por meio da educação regular, passando a integrar o currículo escolar na construção da memória coletiva, é o caminho para que estas memórias passem a integrar a formação da identidade de uma comunidade. Através da construção desta identidade formaremos indivíduos conscientes da fragilidade dessas heranças, portanto, cientes da importância da sua valorização através do entendimento destas como parte daquilo que os compõe.

2.5 ASPECTOS ESPACIAIS

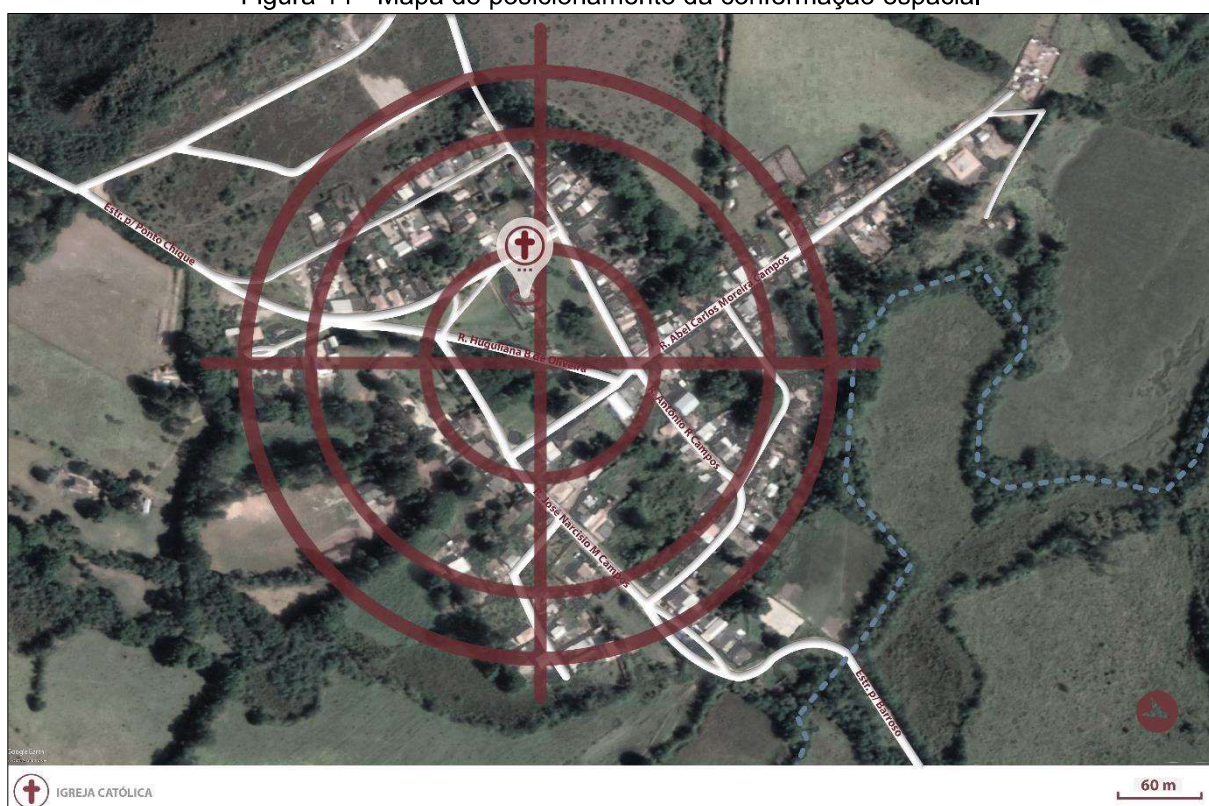
Nesta análise observaremos a configuração espacial do distrito de Padre Brito. Para o desenvolvimento deste estudo uma visita a campo foi executada no dia 13 de

maio de 2020. Esta análise visa principalmente observar os aspectos espaciais da comunidade para entender como o quadro socioeconômico e cultural se manifestam no meio físico de Padre Brito. Vamos entender a dimensão física do distrito, o padrão construtivo do local, onde ficam seus principais atores e equipamentos urbanos, além da sua conformação espacial ao longo do tempo.

Padre Brito está situado cerca de 40 km do município de Barbacena. Devido a sua proximidade com o município de Barroso, cerca de 15 km, e uma melhor condição da via de acesso, a presidente da associação Puri relata que os moradores se sentem bem mais amparados por Barroso do que por Barbacena.

A forma espacial do local possui uma conformação típica de aldeamento indígena, com a igreja ao centro e casas situadas em sua volta. Na Figura 14 podemos perceber que o crescimento espacial do distrito não se desenvolveu muito além dos limites de onde fica situada a igreja católica e a praça central:

Figura 14 - Mapa de posicionamento da conformação espacial



Fonte: Elaborado pela autora

Quanto aos atores e equipamentos urbanos do local, estes se resumem aos seguintes: Associação São Vicente de Paula (em funcionamento); posto de saúde (em

funcionamento); Igreja Católica (em funcionamento); Padaria (em funcionamento); Cartório (em funcionamento); Posto policial (desativado); Mercado (em funcionamento); Escola (desativada); Campo de futebol (em funcionamento); Igreja evangélica (em funcionamento); Cemitério (em funcionamento); Praça (em funcionamento); e quadra de vôlei improvisada pelos moradores (em funcionamento). O mapa da Figura 15, mostra a posição espacial desses atores e equipamentos:

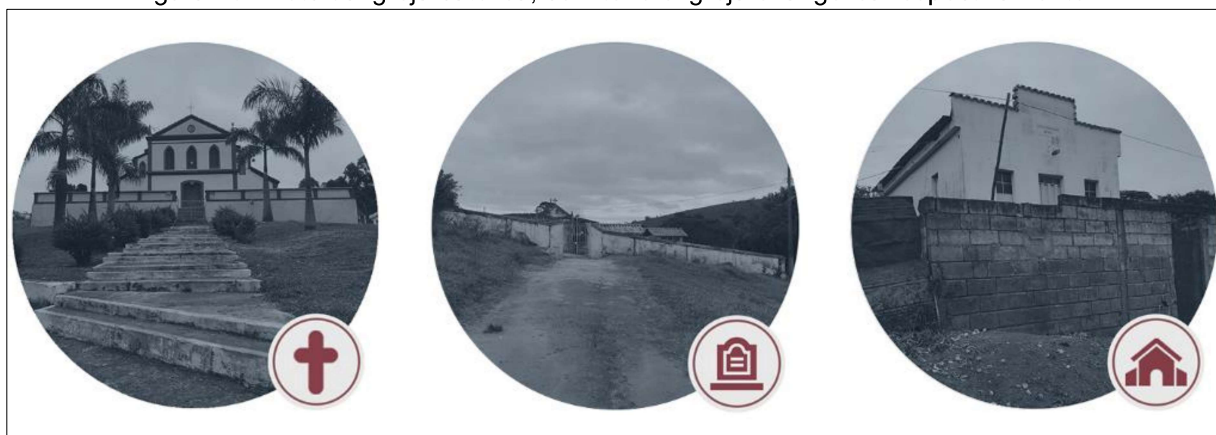
Figura 15 - Mapa do posicionamento espacial dos atores e equipamentos urbanos



Fonte: Elaborado pela autora

A rua destacada no mapa é conhecida como rua dos Puri, pois é onde se concentra um maior número de moradores que se autodeclaram indígenas. A seguir, a Figura 16 mostra mais algumas imagens do local:

Figura 16 - Foto da igreja católica, cemitério e igreja evangélica respectivamente



Fonte: Elaborado pela autora

Em relação à tipologia das construções, esta se apresenta com predominância residencial, com no máximo 1 pavimento e o padrão construtivo identificado é baixo. Um fato curioso observado durante a visita de campo foram os vários exemplares de construções encontrados que utilizam o adobe. Verificamos que além do uso de materiais e técnicas construtivas mais atuais, o adobe ainda é empregado em muitas construções recentes do local, o que demonstra que esta é uma técnica construtiva ainda muito utilizada na comunidade. Encontramos, também, um exemplar de construção que utiliza a técnica da taipa de pilão, sendo que neste caso se tratava de uma residência um pouco mais antiga. A Figura 17 e 18, a seguir, mostra alguns dos exemplares de construções que utilizam a técnica construtiva do adobe e taipa de pilão:

Figura 17 - Fotos de construções de adobe e taipa de pilão



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 18 - Fotos de construções de adobe e taipa de pilão



Fonte: Elaborado pela autora

Com relação à pavimentação das vias do local, somente algumas ruas são asfaltadas, como mostra o mapa da Figura 19. Com exceção de uma rua pavimentada por bloquetes, todas as outras ruas são de terra, inclusive a via principal que sai da BR e dá acesso ao distrito.

Figura 19 - Mapa de pavimentação das vias



Fonte: Elaborado pela autora

Como já era esperado, o quadro socioeconômico do distrito é refletido em toda sua configuração estrutural e espacial. Estando os Puri inseridos diretamente no contexto aqui apresentado, as suas demandas sociais e econômicas acabam sendo as mesmas de todos os moradores do distrito. A presidente da associação relata inclusive que a situação do acesso atual à comunidade interfere diretamente nas dinâmicas de valorização da cultura Puri promovidas. A grande distância da sede de Barbacena, o acesso precário ao local, somado aos problemas estruturais, como a desativação de alguns equipamentos essenciais (escola e posto policial), são interpretados como um descaso pela população por parte do Município, realidade que, inclusive, interfere na esfera cultural da comunidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES

Ao decorrer do trabalho, as conceituações de patrimônio e cultura, bem como sua relação com a cultura originária, foram entendidas. Dentro desse encadeamento de conceitos e representações compreendemos que mais do que uma proteção de suas heranças culturais, o patrimônio cultural dos povos indígenas, representa hoje, uma resistência e luta pelo entendimento e reconhecimento da existência dos povos originários no tempo presente. Entendemos também que a organização coletiva e participação efetiva dos povos originários na esfera política do país foram imprescindíveis na conquista de seus direitos até aqui. Contudo, essa luta ainda persiste, pois ainda vivenciamos um momento onde a cultura, território e mesmo a vida desses povos ficam ameaçadas pelos ideais de “progresso” estabelecidos pela modernidade e também pelo atual governo do país.

Levando em consideração os aspectos levantados, o que pode ser percebido ao final desta análise é que a re-existência da memória ancestral representa para o povo originário uma grande luta em busca de melhores condições da sua existência como etnia no mundo atual. Percebemos nos remanescentes Puri de Padre Brito a vontade de fortalecer os laços culturais com sua ancestralidade, mas ao mesmo tempo a atual situação socioeconômica encontrada no local, além de gerar empecilhos para a rememoração e valorização das heranças culturais de seu povo,

também desestimula a comunidade a seguir o caminho de re-existência de sua memória e identidade.

Relacionando os dados aqui obtidos, com as conceituações acerca do patrimônio cultural indígena e o movimento de re-existência dos povos originários do país, com as constatações da pesquisa “Rizoma: uma cidade em movimento”, percebemos os mesmos caminhos para a valorização das heranças culturais. Todos apontam a educação como base na construção de um olhar diferente sobre essas culturas e povos para transformação da visão política, cultural e social encontra atualmente. A oferta do conhecimento da existência e importância dessas heranças culturais, por meio da educação regular, passando a integrar o currículo escolar na construção da memória coletiva, é o caminho para que estas memórias passem a integrar a formação da identidade de uma comunidade. Através da construção desta identidade formaremos indivíduos conscientes da fragilidade dessas heranças, portanto, cientes da importância da sua valorização através do entendimento destas como parte daquilo que os compõe.

Diante do momento em que nos encontramos, com a saúde pública afetada pela pandemia e a dificuldade da realização de uma pesquisa de campo mais apurada, entende-se que a participação ativa da comunidade no desenvolvimento de propostas de projetos fica comprometida. No entanto, a participação e protagonismo dos indígenas no desenvolvimento de proposições que estimulem a valorização e rememoração da cultura ancestral são essenciais na elaboração de projetos condizentes com as necessidades e realidade vivida por eles.

Através desse entendimento, a proposição apresentada aqui, que parte do olhar de uma pesquisadora não-indígena, se trata de uma ação de valorização externa, que se baseia na compreensão da importância da valorização das heranças culturais do povo Puri de Padre Brito, adquirida com esse trabalho. Para que não ocorram equívocos de minha parte, essa proposição pretende ser uma contribuição que se limita às competências da área de atuação de minha formação e também ao meu papel como indivíduo coadjuvante nessa causa.

Portanto, deixo aqui como proposição para o trabalho a ser elaborado no próximo semestre a idealização de um projeto de um espaço multiuso que atenda e

fomente tanto as demandas de valorização da presença do povo originário da região, quanto as demandas por espaço de lazer e cultura de Padre Brito. A alternativa proposta parte principalmente das dificuldades enfrentadas para realização do Festival Gastronômico Puri, presenciadas por mim em meu primeiro contato com a comunidade. Sabendo-se da falta de amparo por parte do Município, a participação ativa da comunidade na materialização desse projeto será muito necessária. Sendo assim, para que esse espaço seja viabilizado, planeja-se a utilização do adobe como técnica construtiva, tendo em vista o domínio deste saber pelos moradores locais, além da articulação da própria comunidade na construção do equipamento para o êxito desta proposição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 320 p. Disponível em: <http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf>. Acesso em: 23 Abril 2021.
- ACHINTE, A. A. Pedagogías de la re-existencia. Artistas indígenas y afrocolombianos. In: _____ **PEDAGOGÍAS DECOLONIALES: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito: Catherine Walsh, 2013. p. 443-469.
- ANDRADE, V. F. S. Conflitos, catequização e redes de sociabilidades no aldeamento dos índios Puris e Coroados em São Paulo do Manoelburgo. **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, Fortaleza, v. 25, 2009. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772007_1835a2147615a7b1a43791a0548a786a.pdf>. Acesso em: 26 Fevereiro 2021. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética.
- AYRES, C. **O AUGUE E A DECADÊNCIA DO DISTRITO BARBACENENSE DE PADRE BRITO**. Barbacena, p. 33. 2018. Disponível em: acervo pessoal do autor.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 11, p. 89-117, Aug 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522013000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 mar. 2021.
- BRASIL. **Constituição**. Brasília, DF: Centro Gráfico. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil.
- CASTRIOTA, L. B. **PATRIMÔNIO CULTURAL: Conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Belo Horizonte: Annablume: IEDS, 2009. 379 p.
- DARIDO, S. C.; SOUZA JÚNIOR, O. M. D. **Para Ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola**. Campinas: Papirus, 2007.
- ENTRATICE, G. **Preservação do Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro: Tomada de Decisão (decision-making) em três casos brasileiros**. Dissertação (Dissertação em Empreendedorismo e Estudos da Cultura) - ISCTE. Lisboa, p. 67. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 23^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GOMES, A. O. Memória e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas: Uma Introdução ao Estudo da Temática Indígena. In: ANDRADE, A.; SILVA, T. A. A. **O ensino da temática indígena: subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades**. Recife: Edições Rascunhos, 2017. p. 242. Disponível em: <https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/2534831/mod_resource/content/1/O%20ensino%20da%20tem%C3%A1tica%20ind%C3%ADgena.pdf>. Acesso em: 28 Fevereiro 2021.

GRAÚNA,. Graça Graúna: “Ao escrever, dou conta da ancestralidade, do caminho de volta, do meu lugar no mundo”. In: LOURES, M. **Tribuna de Minas**. [S.l.]: [s.n.], 2019. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/especiais/colunas/sala-de-leitura/06-08-2019/graca-grauna-ao-escrever-dou-conta-da-ancestralidade-do-caminho-de-volta-do-meu-lugar-no-mundo.html>>. Acesso em: 12 Março 2021.

GRAÚNA, G. Educação, literatura e direitos humanos: visões indígenas da lei 11.645/08. **Educação & Linguagem**, v. 14, n. 23/24, p. 231-260, 2011. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/EL/article/view/2918>>. Acesso em: 23 Abril 2021.

GRUZINSKI, S. **A COLONIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO**. São Paulo: Cia Das Letras, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**. Rio de Janeiro: [s.n.], v. 24, 1958. 580 p. Acesso em: 16 Maio 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO INDÍGENA. **Patrimônio cultural imaterial e povos indígenas: exemplos no Amapá e norte do Pará**. São Paulo, p. 96. 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Livros de Registro. **IPHAN**, 2000. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/122>>. Acesso em: 23 Março 2021.

LÉVI-STRAUSS, C. **Raça e história**. Lisboa: Presença, 1952.

LUCIANO, S. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: [s.n.], 2006. 232 p. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf>.

Acesso em: 25 Abril 2021. Coleção Educação para Todos; 12.

MENDES, A. R. **O QUE É PATRIMÓNIO CULTURAL**. 1ª. ed. Olhão: GENTE SINGULAR, 2012. 48 p.

MIRANDA, H. S. DIRIETOS DOS POVOS INDÍGENAS VERSUS DIREITOS HUMANOS LIBERAIS: CONFLITOS E PERSPECTIVAS. In: ANDRADE, A.; SILVA, A. **O ensino da temática indígena**: subsídios didáticos para o estudo das sociodiversidades indígenas. Recife: Edições Rascunhos, 2017. p. 242.

MUNDURUKU, D. Dia do Índio é data 'folclórica e preconceituosa', diz escritor indígena Daniel Munduruku. **G1**, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/19/dia-do-indio-e-data-folclorica-e-preconceituosa-diz-escriptor-indigena-daniel-munduruku.ghtml>>. Acesso em: 19 Abril 2021.

NASCIMENTO, B. et al. RIZOMA: UMA CIDADE EM MOVIMENTO. **Congresso Brasileiro de Arquitetos**, Porto Alegre, n. 21, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1aeVjmAeGegZxqT2rIUd3_YLnQ85VlpTB/view>. Acesso em: 27 Maio 2021.

OLIVEIRA, ; SOUZA, M. L. Multiculturalismo, Diversidade Cultural e Direito Coletivo na Ordem Contemporânea. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais**, Curitiba, v. 3, n. 16, p. 121-139, 2011.

OLIVER, P. **Built to meet needs**: cultural issues in vernacular architecture. Oxford: Architectural Press, 2006. 475 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. RECOMENDAÇÃO SOBRE A SALVAGUARDA DOS CONJUNTOS HISTÓRICOS E DA SUA FUNÇÃO NA VIDA CONTEMPORÂNEA. **Patrimônio Cultural**, Quênia, 26 Novembro 1976. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/salvaguardaconjuntoshistoricos1976.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. IPHAN. **Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular**, 15 Novembro 1989. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>>. Acesso em: 03 Maio 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. **IPHAM**, Paris, 17 Outubro 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

PACHAMAMA, A. R. 1 Vídeo (20:52 min). CONVERSANDO COM ALINE ROCHEDO PACHAMAMA | Episódio 1. **Museu do Índio RJ**, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q3mzrLu9mlo>>. Acesso em: 18 Março 2021.

PACHAMAMA, R. ENTREVISTA COM ALINE ROCHEDO PACHAMAMA. **Revista Digital Formação em Diálogo**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, Dezembro 2019. Disponível em: <<https://www.pachamamaeditora.com.br/pagina-de-produto/entrevista-com-aline-rochedo-pachamama>>. Acesso em: 4 Março 2021.

PACHAMAMA, R. 1 Vídeo (8:19 min). CONVERSANDO COM ALINE ROCHEDO PACHAMAMA | Episódio 4. **Museu do Índio RJ**, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qt6lBNt108M>>. Acesso em: 18 Março 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBACENA. Conheça um pouco da história nos 224 anos de Barbacena. **BARBACENA**, 2015. Disponível em: <<http://barbacena.mg.gov.br/m/noticia.php?id=4676>>. Acesso em: 05 Maio 2021.

QUIJANO,. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: MENEZES, M. P.; SANTOS, B. S. **Epistemologias do Sul**. [S.l.]: COIMBRA, 2009.

QUIJANO, A. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas. In: _____ **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RIEGL, A. The Modern Cult of Monuments: Its Character and Its Origin. In: _____ **Oppositions**. Tradução de Kurt W. Forster e Diane Ghirardo. 25. ed. [S.l.]: [s.n.], 1982. p. 21-51.

SAMPAIO, J. A. G. I Encontro Nacional dos Povos Indígenas em Luta pelo Reconhecimento Étnico e Territorial - Relato Avaliativo de Participação. **Biblioteca Funai**, 2004. Disponível em: <<http://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/Folheto52/FO-CX-52-3381-2004.PDF>>. Acesso em: 04 Maio 2021.

SOUZA, A. J. S. **Roteiro Etnográfico Comunidade Rural Indígena Dos Purí - Padre Brito/Barbacena/Minas Gerais**. INSTITUTO CULTURAL PRIMEIRO QUILOMBO. Barbacena, p. 58. 2018.

TOZZI,. “Barbacena foi construída em cima de nossa história”, diz presidente de Associação de Índios Puri. **CONTAG**, 2018. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/indexdet2.php?modulo=portal&acao=interna2&codpag=101&id=13121&mt=1&nw=1&ano=&mes=>>>. Acesso em: 26 Fevereiro 2021.

TYLOR, B. E. **Primitive culture**. Londres: John Mursay & Co, v. I, 1920. Disponível em: <<https://archive.org/details/primitiveculture01tylouoft/page/n8/mode/1up?view=theater>>.